

Contexto operacional

A Gol Linhas Aéreas Inteligentes S.A. (“Companhia” ou “GOL”) é uma sociedade por ações constituída em 12 de março de 2004 de acordo com as leis brasileiras. O estatuto social da Companhia dispõe que a mesma tem como objeto social o exercício do controle acionário da GOL Linhas Aéreas S.A. (“GLA”), por intermédio de sociedades controladas ou coligadas, bem como explorar também:

- serviços de transporte aéreo regular e não regular de passageiros, cargas e malas postais, em âmbito nacional e internacional, na conformidade das concessões das autoridades competentes;
- atividades complementares de serviço de transporte aéreo por fretamento de passageiros, cargas e malas postais;
- a prestação de serviços de manutenção, reparo de aeronaves, próprias ou de terceiros, motores, partes e peças;
- a prestação de serviços de *hangaragem* de aviões;
- a prestação de serviço de atendimento de pátio e pista, abastecimento de comissaria de bordo e limpeza de aeronaves;
- o desenvolvimento de outras atividades conexas, correlatas ou complementares ao transporte aéreo e às demais atividades descritas acima;
- desenvolvimento de programas de fidelidade; e
- a participação no capital de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista.

As ações da Companhia são negociadas na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”) e na Bolsa de Valores de Nova Iorque - *New York Stock Exchange* (“NYSE”) sob o *ticker* GOLL4 e GOL, respectivamente. A Companhia adota as Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da B3 e integra os índices de Ações com Governança Corporativa Diferenciada (“IGC”) e de Ações com *Tag Along* Diferenciado (“ITAG”), criados para distinguir as empresas que se comprometem com as práticas diferenciadas de governança corporativa.

A sede oficial da Companhia está localizada na Praça Comandante Linneu Gomes, s/n, portaria 3, prédio 24, Jardim Aeroporto, São Paulo, Brasil.

Em 11 de março de 2019, em decorrência do segundo acidente ocorrido com uma aeronave do modelo Boeing 737 Max 8, a Administração da Companhia decidiu suspender as operações de suas 7 aeronaves deste modelo por deliberalidade, antes que houvesse manifestação dos órgãos reguladores, sendo segurança o valor nº1 da Companhia. Em resposta a tal medida, a Companhia rapidamente reconfigurou sua malha aérea. A utilização dessas aeronaves está condicionada a autorização das autoridades regulatórias do Brasil e dos países destinos das rotas, sendo principalmente os Estados Unidos da América. A Companhia não precisou e não pretende interromper quaisquer de suas rotas em decorrência da suspensão do uso dessas aeronaves.

A Administração avaliou e efetuou testes de recuperabilidade destas aeronaves (“*impairment*”), por meio da comparação do valor contábil com o valor de mercado apontado por publicações especializadas (“*BlueBook*”) e concluiu que não há perdas relacionadas ao

direito de uso registrado no ativo e, portanto, nenhuma provisão foi registrada.

Em 10 de dezembro de 2019, a Delta Airlines encerrou por completo o processo de alienação de sua participação societária na GOL por meio da negociação de suas ações preferenciais. Tal participação na GOL era mantida apenas para fins de investimento e as receitas dos acordos com a Delta representaram apenas cerca de 0,4% do total das receitas da GOL.

1.13. Estrutura de capital e capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apresenta uma posição de patrimônio líquido negativo atribuído aos acionistas controladores de R\$7.676.671 (R\$4.985.412 em 31 de dezembro de 2018) e de capital circulante líquido negativo de R\$5.435.223 (R\$3.889.721 negativo em 31 de dezembro de 2018). O acréscimo nessas posições é decorrente principalmente da adoção do CPC 06 (R2) - “Operações de Arrendamento”, equivalente ao IFRS 16 - “Leases”, com um impacto de R\$2.436.334 no consolidado e sem impactos na controladora.

A Administração avaliou e concluiu que a Companhia reúne condições de dar continuidade a suas operações e cumprir com as suas obrigações, de acordo com seus vencimentos. Essa avaliação considera a venda de 11 aeronaves, que foi anunciada em período subsequente ao encerramento do exercício social, em 11 de fevereiro de 2020 (ver nota nº 38.4), por meio dessa venda é esperada uma redução na dívida líquida da Companhia em aproximadamente R\$500.000, composta por uma redução de R\$130.000 na dívida de arrendamento financeiro e um aumento de R\$370.000 na liquidez de caixa. Posteriormente, a Companhia planeja utilizar parte dos recursos remanescentes para resgatar parcialmente o montante disponível de suas *Senior Notes*.

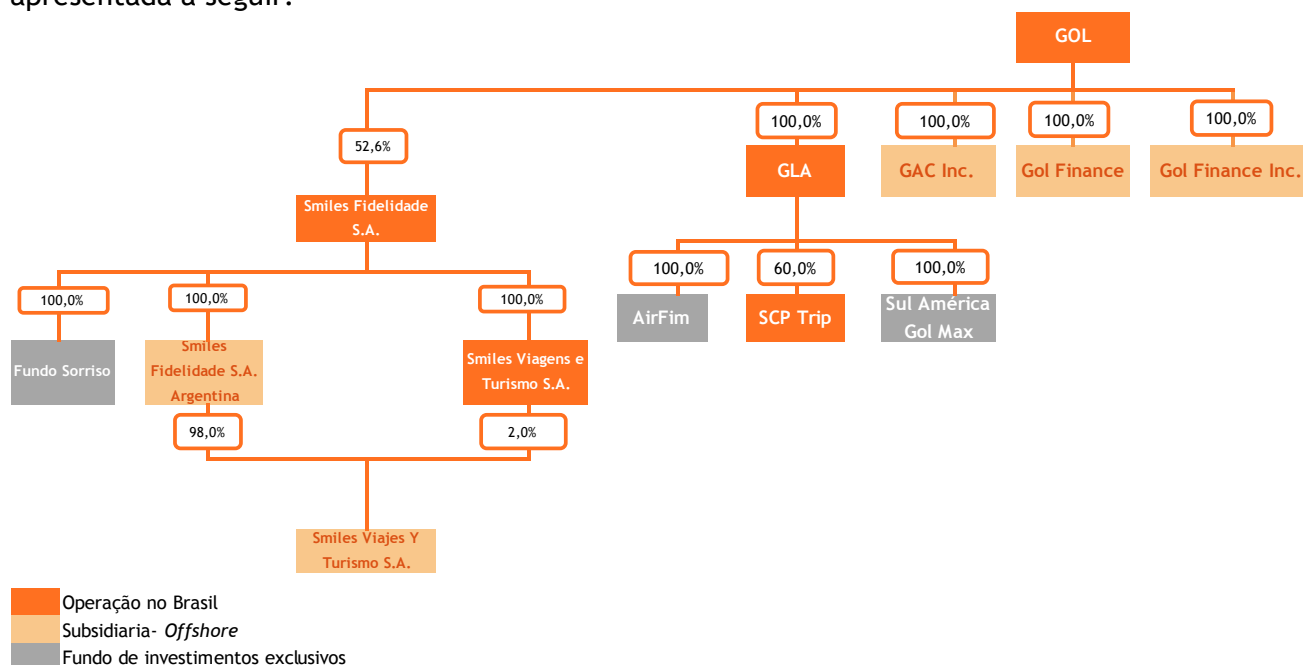
A avaliação da Administração considera o plano de negócios da Companhia que inclui futuras ações planejadas pela Administração, assim como outras premissas relevantes macroeconômicas e do setor de aviação, como por exemplo a estimativa de taxa de câmbio do dólar norte-americano e preços do combustível de aviação. A avaliação da Administração também contempla a execução de diversas ações para ajustar o tamanho de sua frota a demanda, equiparando a oferta de assentos com a demanda para a manutenção de altas taxas de ocupação, redução de custos e adequação da estrutura de capital.

De acordo com a avaliação da Administração, os ativos circulantes consolidados e a previsão orçamentária de fluxos de caixa a serem gerados pela operação serão suficientes para atender as necessidades da Companhia de capital de giro e investimentos, no futuro próximo.

Com base nessa avaliação, a Administração concluiu que não existem incertezas materiais relacionadas a habilidade da Companhia continuar operando, portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas baseadas nessa premissa.

1.14. Estrutura societária

A estrutura societária da Companhia e de suas controladas, em 31 de dezembro de 2019, está apresentada a seguir:



Entidade	Data de Constituição	Localidade	Principal Atividade	Tipo de controle	% de participação no capital social	
					2019	2018
Controladas offshore:						
GAC	23/03/2006	Ilhas Cayman	Aquisição de aeronaves	Direto	100,0	100,0
Gol Finance Inc.	16/03/2006	Ilhas Cayman	Captação de recursos	Direto	100,0	100,0
Gol Finance	21/06/2013	Luxemburgo	Captação de recursos	Direto	100,0	100,0
Controladas:						
GLA	09/04/2007	Brasil	Transporte aéreo	Direto	100,0	100,0
AirFim	07/11/2003	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	100,0	100,0
Sul América Gol Max	14/03/2014	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	100,0	100,0
Smiles Fidelidade	01/08/2011	Brasil	Programa de fidelidade	Direto	52,6	52,7
Smiles Viagens	10/08/2017	Brasil	Agência de turismo	Indireto	52,6	52,7
Smiles Fidelidade Argentina (a)	07/11/2018	Argentina	Programa de fidelidade	Indireto	52,6	52,7
Smiles Viagens Argentina (a)	20/11/2018	Argentina	Agência de turismo	Indireto	52,6	52,7
Fundo Sorriso	14/07/2014	Brasil	Fundo de investimento	Indireto	52,6	52,7
Sociedade em conta de participação:						
SCP Trip	27/04/2012	Brasil	Revista de bordo	Indireto	60,0	60,0
Coligada:						
Netpoints (b)	08/11/2013	Brasil	Programa de fidelidade	Indireto	-	25,4

(a) Empresas com moeda funcional em pesos argentinos.

(b) Em 1º de fevereiro de 2019, a controlada Smiles Fidelidade realizou a venda de sua participação societária na coligada pelo montante total de R\$914, reconhecido na demonstração do resultado consolidado na rubrica "Outras receitas operacionais".

As controladas GAC Inc., GOL Finance e GOL Finance Inc., são entidades constituídas com propósito específico de dar continuidade às operações da Companhia. Não apresentam um corpo diretivo próprio e não possuem autonomia na tomada de decisões, como consequência, os ativos e passivos dessas entidades estão consolidados nas demonstrações financeiras da Controladora.

Em 7 e 20 de novembro de 2018 foram constituídas pela controlada Smiles Fidelidade S.A. as

subsidiárias Smiles Fidelidade S.A. e Smiles Viajes Y Turismo S.A., ambas sediadas em Buenos Aires, na Argentina, com o propósito de fomentar as operações do Programa Smiles e a venda de passagens aéreas naquele país.

Em 10 de agosto de 2017, a controlada Smiles Fidelidade adquiriu a totalidade das ações da Smiles Viagens e Turismo S.A. (“Smiles Viagens”), cujo propósito principal é a intermediação de serviços de organização de viagens, envolvendo a reserva ou venda de bilhetes aéreos, hospedagens, pacotes de turismo, entre outros. A Smiles Viagens iniciou suas operações em janeiro de 2018.

A Companhia era controladora direta da Gol Dominicana Lineas Aereas SAS (“Gol Dominicana”), que foi encerrada em 14 de setembro de 2018.

1.15. Plano de reorganização societária

Em 9 de dezembro de 2019 e 4 de fevereiro de 2020, por meio de Fato Relevante, a Companhia juntamente com suas controladas comunicaram os planos de reorganização societária que visam principalmente assegurar a competitividade de longo prazo do Grupo GOL, através do alinhamento de interesses de todos os stakeholders, reforçando uma estrutura de capital consolidada, simplificando a governança societária das companhias, reduzindo custos e despesas operacionais, administrativas e financeiras, e aumentando a liquidez no mercado para todos os acionistas da GOL, por meio da incorporação de ações da Smiles pela GLA.

Historicamente e ao redor do mundo, os principais programas de fidelidade existentes são controlados e administrados por companhias aéreas. Passagens aéreas são, consistentemente, a categoria de recompensa mais relevante demandada pelos membros dos programas de fidelidade. O Grupo GOL é composto pelos líderes nacionais em ambos os mercados, com uma participação atual de aproximadamente 38% do mercado brasileiro de transporte aéreo de passageiros e uma participação superior a 50% do mercado brasileiro de programas de fidelidade. No Brasil, a concorrência em ambos os mercados de transporte aéreo de passageiros e programas de fidelidade tornou-se mais desafiadora nos últimos anos. O grupo GOL tem realizado esforços intensos e coordenados para aumentar a atratividade dos produtos de transporte aéreo de passageiros da GLA e a atratividade do programa de fidelidade da Smiles para seus clientes e parceiros.

Apesar de tais esforços, limitações do Contrato Operacional e a existência de governança e bases de acionistas distintas revelaram obstáculos para a capacidade dos investimentos necessários e da otimização na coordenação do desenvolvimento de ofertas e produtos. No contexto do referido cenário, a controladora GOL concluiu que:

- (i) ter estruturas societárias separadas para as duas principais áreas de negócios do grupo não está no melhor interesse dos acionistas da GOL,
- (ii) conforme anunciado em 7 de novembro de 2018, a GLA não pretende renovar o Contrato Operacional com a controlada Smiles com término previsto para 2032, e
- (iii) a Reorganização é a direção que gerará o maior valor para as companhias e seus respectivos acionistas, dentre outros fatores, por:
 - assegurar a competitividade de longo prazo nos seus principais mercados (viagens aéreas e programas de fidelidade);



- simplificar a estrutura acionária da GOL, alinhando os interesses de todos os acionistas e aumentando a liquidez no mercado das ações negociadas;
- aprimorar e gerar maior eficiência da governança e na tomada de decisões, através da maior coordenação administrativa e do compartilhamento do plano de negócios e da definição de objetivos para todas as empresas do grupo GOL;
- integração total (em contrapartida à mera consolidação) dos resultados financeiros e operacionais das operações, dos balanços e fluxos de caixa da Smiles e da GLA de forma a permitir que a companhia aérea concorra de forma mais eficaz e que o programa de fidelidade se beneficie do melhor posicionamento de seu principal parceiro de negócios;
- melhorar a oferta de produtos para passageiros da GLA e membros e parceiros comerciais do Programa Smiles.

A implementação da Reorganização estará condicionada à aprovação dos seus termos e condições pela maioria dos titulares de ações em circulação da Smiles. Desta forma, (i) os termos e condições da Reorganização, conforme descritos abaixo, não serão objeto de negociação com a Administração da Companhia e (ii) não haverá a formação de comitê especial independente, na forma prevista no Parecer de Orientação CVM nº 35/2008.

A Companhia não pretende pleitear o ingresso de suas ações para negociação no segmento do Novo Mercado da B3 e, assim sendo, a Reorganização estará sujeita, adicionalmente, à aprovação dos acionistas minoritários da Smiles na forma do Parágrafo Único do art. 46 do Regulamento do Novo Mercado.

A Reorganização pretendida, uma vez implementada, resultará na migração da base acionária da Smiles para a Companhia. Segundo os termos propostos, cada ação ordinária de emissão da Smiles fará jus, ao fim da Reorganização:

- (a) 0,6319 ações preferenciais da Companhia (“Ações PN GOL”) e a R\$16,27 (referente ao valor de resgate de ações preferenciais resgatáveis) (“Relação de Troca Base”); ou alternativamente.
- (b) 0,4213 Ações PN GOL e R\$24,53 (referente ao valor de resgate de ações preferenciais resgatáveis), a critério dos acionistas titulares de ações de emissão da Smiles (“Relação de Troca Opcional”).

Relação de Troca Base: para cada ação ordinária de emissão da SMILES serão entregues 3 ações ordinárias e 1 ação preferencial resgatável Classe B de emissão da GLA; e

Relação de Troca Opcional: para cada ação ordinária de emissão da SMILES serão entregues 2 ações ordinárias e 1 ação preferencial resgatável Classe C de emissão da GLA.

Os valores descritos acima estão ajustados em relação àqueles divulgados em 9 de dezembro de 2019, em virtude da declaração de juros sobre capital próprio deliberada pelo Conselho de Administração da Smiles em 10 de dezembro de 2019.

A relação de troca base permite aos acionistas da Smiles que acreditem existir valor intrínseco da Companhia maior que o valor de mercado atual, receber maior número de ações da Companhia, viabilizando sua participação no valor criado pela, e das sinergias decorrentes da Reorganização em maior proporção.

Os acionistas da Smiles que preferam alocar seus investimentos em outros ativos poderão receber uma parcela maior em ações preferenciais resgatáveis. Na determinação da relação de troca proposta, a Companhia e a GLA levaram em consideração o valor de R\$39,25 por ação da GOL e um valor de R\$41,34 por ação da Smiles.

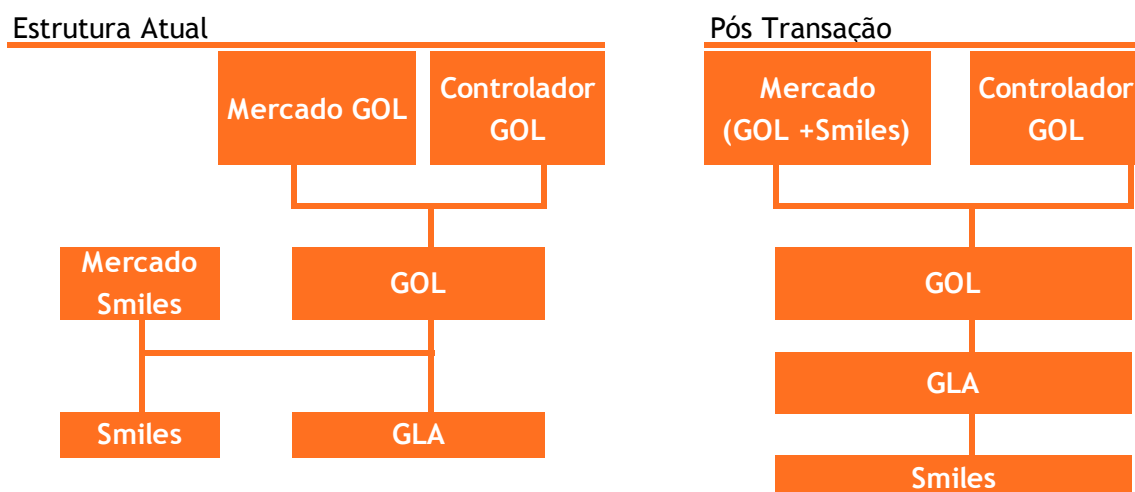
Os valores descritos acima serão ajustados proporcionalmente por todos e quaisquer desdobramentos, grupamentos, bonificações de ações dividendos, juros sobre capital próprio ou redução de capital que venham a ser realizados nas sociedades do Grupo GOL prospectivamente. Quaisquer dividendos, juros sobre capital próprio ou eventuais reduções de capital que forem distribuídos aos acionistas da Smiles prospectivamente serão deduzidos, de forma proporcional, da parcela de ações preferenciais resgatáveis a serem atribuídas aos acionistas da Smiles em decorrência da incorporação de ações da Smiles pela GLA.

A retenção do Imposto sobre a Renda Retido na Fonte relativo a ganho de capital porventura incidente, que será deduzido da parcela em dinheiro referente às ações preferenciais resgatáveis de GLA.

A Reorganização compreende os seguintes passos, que serão implementados de forma concomitante e interdependente:

- (i) a incorporação de ações da Smiles pela GLA, com a emissão pela GLA, aos acionistas da Smiles, de ações ordinárias da GLA e de ações preferenciais resgatáveis da GLA;
- (ii) a incorporação de ações da GLA pela GOL, com a emissão pela GOL, aos acionistas de GLA, de Ações PN GOL e de ações preferenciais resgatáveis da GOL; e
- (iii) o resgate das Ações PN Resgatáveis GLA e das Ações PN Resgatáveis GOL, com pagamento em dinheiro referente ao resgate das Ações PN Resgatáveis GOL aos atuais acionistas da Smiles, a ser efetuado na data de liquidação da Reorganização.

O organograma abaixo apresenta uma ilustração simplificada da estrutura societária atual e da estrutura societária pretendida após a implementação da Reorganização:



1.16. Programa de compliance

Desde 2016, a Companhia adotou uma série de medidas para fortalecer e expandir seus programas de controles internos e *compliance*, dentre as quais se destacam:

- contratação de empresas especializadas para avaliação de riscos e revisão dos controles internos referentes à fraude e corrupção;

- integração das funções de riscos, *compliance* e controles internos através da Diretoria Executiva de Riscos Corporativos, *Compliance* e Controles Internos, com reporte direto a Presidência e acesso independente ao Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria Estatutário;
- monitoramento das transações com pessoas politicamente expostas;
- aprimoramento dos procedimentos de supervisão da execução de serviços contratados;
- atualização das políticas de compras e do fluxo de gestão de contratos;
- revisão do código de ética, do manual de conduta e de diversas políticas de *compliance* incluindo o treinamento obrigatório massivo.

Conforme divulgado nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2018, foi firmado em dezembro de 2016 um acordo junto ao Ministério Público Federal ("Acordo"), no qual a Companhia concordou em pagar multas de R\$12 milhões e aperfeiçoar seu programa de *compliance*. Em contra partida ao compromisso do Ministério Público Federal de não propor ações de qualquer natureza relacionadas a atividades que sejam objeto do Acordo, adicionalmente a Companhia pagou R\$4,2 milhões em multas às autoridades fiscais brasileiras.

A Companhia informou voluntariamente o Departamento de Justiça ("DOJ") dos Estados Unidos da América ("EUA"), a *Securities and Exchange Commission* ("SEC") e a Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") sobre a investigação externa e independente que foi contratada pela Companhia, e sobre o Acordo. A investigação foi concluída em abril de 2017, e revelou que foram efetuados pagamentos imateriais a pessoas politicamente expostas. Nenhum dos atuais funcionários, representantes ou membros do Conselho ou Administração da Companhia sabiam de qualquer propósito ilegal por trás de qualquer das transações identificadas, ou de qualquer benefício ilícito para a Companhia decorrente das operações investigadas.

A Companhia informou as autoridades competentes o resultado da investigação e continuará comunicando sobre o desdobramento do tema, acompanhando as análises já iniciadas por estes órgãos. Essas autoridades podem impor multas e possivelmente outras sanções à Companhia.

Não houve novos desdobramentos sobre o tema durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

2. Declaração da Administração, base de elaboração e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"). As práticas

contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”).

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas com base no Real (“R\$”) como moeda funcional e de apresentação, estão expressas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra maneira, bem como as divulgações de montantes em outras moedas, quando necessário, também foram efetuadas em milhares. Os itens divulgados em outras moedas estão devidamente identificados, quando aplicável.

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos, use estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos. Contudo, a incerteza relativa a esses julgamentos, premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos e passivos em exercícios futuros.

A Companhia revisa seus julgamentos, estimativas e premissas de forma contínua.

A Administração, ao elaborar estas demonstrações financeiras, utilizou-se dos seguintes critérios de divulgação: (i) requerimentos regulatórios; (ii) relevância e especificidade da informação das operações da Companhia aos usuários; (iii) necessidades informacionais dos usuários das demonstrações financeiras; e (iv) informações provenientes de outras entidades inseridas no mesmo setor, principalmente no mercado internacional.

A Administração confirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela no desenvolvimento de suas atividades de gestão dos negócios.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- aplicações financeiras classificadas como caixa e equivalentes de caixa mensuradas pelo valor justo;
- aplicações financeiras compostas por fundos exclusivos de investimentos, mensuradas pelo valor justo;
- caixa restrito mensurados pelo valor justo;
- instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo; e
- investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 foram elaboradas com base no pressuposto de sua continuidade operacional, o qual contempla a realização de ativos e a liquidação de passivos no curso normal dos negócios, conforme detalhado na nota explicativa nº1.1.

3. Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A aprovação e autorização para a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ocorreram na reunião do Conselho de Administração realizada no dia 28 de fevereiro de 2020.

4. Resumo das principais práticas contábeis

4.1. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e das subsidiárias nas quais detenha o controle de forma direta ou indireta. Todas as transações e saldos entre a GOL e suas controladas foram eliminados na consolidação, bem como os lucros ou prejuízos não realizados decorrentes destas transações, incluindo encargos e tributos.

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com as utilizadas na controladora e adotadas no exercício anterior.

4.2. Investimentos

Os investimentos em coligadas são reconhecidos inicialmente pelo seu custo e posteriormente ajustados pelo método da equivalência patrimonial. Caso a investida gere perdas operacionais que façam com que o patrimônio líquido seja negativo, a Companhia adota as disposições previstas no CPC 18 - “Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto”, equivalente ao IAS 28, e não realiza registros adicionais, sendo o resultado de equivalência novamente registrado quando a investida recuperar a totalidade de perdas acumuladas.

4.3. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia classifica neste grupo os saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras dos fundos de investimento e títulos de liquidez imediata que, conforme análises são considerados prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa com risco insignificante de mudança de valor. As aplicações financeiras classificadas nesse grupo, por sua própria natureza, estão mensuradas a valor justo por meio do resultado, e serão utilizadas pela Companhia em curto intervalo de tempo.

4.4. Aplicações financeiras

Na apresentação e mensuração dos ativos financeiros, a Companhia considera as disposições do CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, que determina que os ativos financeiros, devem ser inicialmente mensurados a valor justo deduzido dos custos diretamente atribuíveis a sua aquisição. Por sua vez, a mensuração subsequente é dividida em duas categorias:

4.4.1. Custo amortizado

As aplicações financeiras são mensuradas pelo custo amortizado quando todas as seguintes condições forem atendidas:

- a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente;

- os fluxos de caixa contratuais representam apenas o pagamento de juros e principal (“SPPI”); e
- a Companhia não optou pela metodologia de valor justo de forma a eliminar inconsistências de mensuração denominadas “descasamento contábil”.

4.4.2. Valor justo

- por meio do resultado abrangente: as aplicações financeiras serão mensuradas pelo valor justo por meio do resultado abrangente quando ambas das seguintes condições forem atendidas: (i) a Companhia planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e vender o ativo; e (ii) os fluxos de caixa contratuais representam SPPI;
- por meio do resultado: é considerada uma categoria residual, ou seja, se a Companhia não planeja deter o ativo financeiro de forma a coletar os fluxos de caixa previstos contratualmente e/ou vender o ativo, este deve ser mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Os instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado são para eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil, sendo desta forma avaliados a valor de mercado.

4.5. Caixa restrito

O caixa restrito é composto por aplicações financeiras mensuradas ao valor justo por meio do resultado, utilizadas principalmente como garantias vinculadas a instrumentos financeiros de curto e longo prazo como também depósitos para operações de arrendamento.

4.6. Contas a receber

São mensuradas com base no valor faturado, líquido das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa, e se aproximam do valor justo dado sua natureza de curto prazo. Com a adoção do CPC 48 - “Instrumentos Financeiros”, equivalente ao IFRS 9, a partir de 1º de janeiro de 2018, a provisão para créditos de liquidação duvidosa passou a ser mensurada através da aplicação da abordagem simplificada, por meio da utilização de dados históricos, projetando-se a perda esperada ao longo da vida do contrato e não mais com base na perda histórica incorrida, por meio da segmentação da carteira de recebíveis em grupos que possuem o mesmo padrão de recebimento e conforme os respectivos prazos de vencimento. Adicionalmente, para determinados casos, a Companhia efetua análises individuais para a avaliação dos riscos de recebimento.

4.7. Estoques

Os saldos de estoques compreendem principalmente materiais para manutenção e reposição de peças. Os estoques são mensurados pelo custo médio de aquisição acrescidos de gastos tais como impostos não recuperáveis e despesas aduaneiras incorridos na aquisição e nos gastos com transportes até a localização atual dos itens. As provisões para obsolescência dos estoques são constituídas para aqueles itens que não possuem expectativa de realização.

4.8. Imposto de renda e contribuição social

4.8.1. Impostos correntes

No Brasil, compreende o imposto de renda (“IRPJ”) e a contribuição social sobre o lucro (“CSLL”), que são calculados mensalmente com base no lucro tributável, após compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real, aplicando-se a essa base a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% para o IRPJ e 9% para a CSLL.

4.8.2. Impostos diferidos

Os impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e bases negativas de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base fiscal e a contábil. Os ativos e passivos de impostos e contribuições diferidos são classificados como não circulante.

Uma perda para realização desses ativos é reconhecida quando os estudos internos da Companhia indicarem que a utilização futura desses créditos não é provável.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de compensar os passivos fiscais com os ativos fiscais, e se estiverem relacionados aos impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável, portanto, para fins de apresentação, os saldos de ativo e passivo fiscal, que não atendem ao critério legal de realização, estão sendo divulgados separadamente. Os ativos e passivos fiscais diferidos devem ser mensurados pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período em que o ativo for realizado ou o passivo liquidado, com base nas alíquotas e legislação fiscal vigentes na data das demonstrações financeiras.

As projeções de lucros tributáveis futuros sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são preparadas com base nos planos de negócio e são revisadas e aprovadas anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia.

4.9. Direitos e obrigações com instrumentos financeiros derivativos

Variações nas taxas de juros, câmbio e nos preços do combustível de aviação expõem a Companhia e suas controladas a riscos que podem afetar seus desempenhos financeiros. Com o objetivo de mitigar tais riscos, a Companhia por meio de suas subsidiárias contrata instrumentos financeiros derivativos que podem ou não ser designados para *hedge accounting* e, se designados, são classificados como *hedge* de fluxo de caixa.

4.9.1. Instrumentos financeiros derivativos não designados como *hedge accounting*

A Companhia pode contratar instrumentos financeiros derivativos que não sejam designados para *hedge accounting* quando os objetivos da Gestão de Risco não necessitem de tal classificação. As operações não designadas como *hedge accounting* apresentam a variação de seu valor justo contabilizadas diretamente no resultado financeiro.

4.9.2. Instrumentos financeiros derivativos classificados como *hedge* de fluxo de caixa

Os instrumentos designados como *hedge* de fluxo de caixa visam proteger resultados futuros decorrentes das variações das taxas de juros e combustível. A efetividade das variações é estimada com base em métodos estatísticos de correlação e pela proporção entre os ganhos e perdas do *hedge* e a variação dos custos e despesas protegidos. As variações efetivas do valor

justo são contabilizadas no patrimônio líquido em “Outros resultados abrangentes”, até o reconhecimento do resultado do objeto do *hedge*. As ineficácias encontradas em cada período de reporte são reconhecidas no resultado financeiro. As transações de *hedge* contabilizadas em “Outros resultados abrangentes” apresentam-se líquidas dos efeitos de impostos.

4.9.3. Desreconhecimento e baixa de instrumentos financeiros derivativos

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia e suas controladas (i) cancelam a relação de proteção; (ii) o instrumento derivativo vence ou é vendido, rescindido ou executado, (iii) quando há baixa previsibilidade de realização do objeto de *hedge*, ou (iv) quando não se qualifica mais como *hedge accounting*. Caso a operação seja descontinuada, quaisquer ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” e acumulados no patrimônio líquido até aquela data são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

4.10. Depósitos

4.10.1. Depósitos para manutenção de aeronaves e motores

Referem-se a pagamentos efetuados em dólar norte-americano aos arrendadores para futura manutenção de aeronaves e motores. A realização desses ativos acontece, substancialmente, na utilização do depósito para o pagamento à oficina quando a manutenção é realizada ou por meio de recebimentos de recursos financeiros, de acordo com as negociações efetuadas com os arrendadores. A variação cambial destes pagamentos é reconhecida como despesa ou receita no resultado financeiro. A Administração efetua análises regulares da recuperação desses depósitos com base na elegibilidade de aplicação de tais valores em eventos de manutenção futuros e acredita que os valores refletidos no balanço são realizáveis.

Alguns dos contratos preveem que, caso não haja eventos de manutenção com possibilidade de utilização dos depósitos, os valores depositados para esta operação não são reembolsáveis. Tais valores são retidos pelo arrendador e representam pagamentos realizados em função da utilização dos componentes até a data de devolução. Dessa forma, esses valores enquadrados nesta categoria são reconhecidos diretamente no resultado do exercício na rubrica de “Material de manutenção e reparo”.

Adicionalmente, a Companhia mantém acordos com alguns arrendadores para substituir depósitos por cartas de crédito, que podem ser executadas pelos arrendadores caso as manutenções das aeronaves e motores não ocorram de acordo com o cronograma de revisão. Vários contratos de arrendamento de aeronaves não requerem depósitos de manutenção, e contam com cartas de crédito para a garantia da execução da manutenção nos períodos programados (vide nota explicativa nº14). Até 31 de dezembro de 2019, nenhuma carta de crédito havia sido executada contra a Companhia.

4.10.2. Depósitos para garantia e cauções de contratos de arrendamento

Os depósitos e cauções são denominados em dólar norte-americano e atualizados mensalmente pela variação do câmbio, sem rendimento de juros e são reembolsáveis à Companhia ao término dos contratos de arrendamento.

4.10.3. Depósitos judiciais

No decurso das ações impetradas contra a Companhia e sobre as quais esta questiona a legitimidade das reclamações, pode ocorrer que a Companhia seja requerida a efetuar

depósitos recursais e/ou judiciais de forma a dar continuidade a sua estratégia de defesa. Tais valores são corrigidos monetariamente em sua maioria pelos índices inflacionários e caracterizam-se como recursos não alcançáveis pela Companhia pendentes de decisão judicial.

4.11. Imobilizado

Os bens integrantes do ativo imobilizado, incluindo os componentes *rotables* (peças de reposição), são registrados pelo custo de aquisição e/ou construção e incluem juros e demais encargos financeiros. Cada componente do imobilizado que possui um custo significativo em relação ao total do bem é depreciado separadamente. A vida útil econômica estimada dos itens do imobilizado, para fins de depreciação, está demonstrada na nota explicativa nº16.

O valor de mercado estimado ao final de sua vida útil é a premissa para determinação do valor residual dos itens imobilizados da Companhia. O valor residual e a vida útil dos ativos são revisados anualmente pela Companhia. Eventuais mudanças em função da alteração da expectativa de utilização de tais itens resultam em alterações prospectivas.

O valor contábil do imobilizado é analisado para verificar possível perda no valor recuperável quando fatos ou mudanças nas circunstâncias indicam que o valor contábil é maior que o valor recuperável estimado. O valor contábil das aeronaves é testado para identificação de perdas no valor recuperável anualmente, mesmo que não haja circunstâncias que indiquem a existência de perdas.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item são determinados pela diferença entre o valor recebido na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Adicionalmente, a Companhia adota o seguinte tratamento para os grupos abaixo:

4.11.1. Adiantamentos para aquisição de aeronaves

Referem-se a pré-pagamentos em dólar norte-americano efetuados junto a Boeing para aquisição de aeronaves 737-MAX. Os adiantamentos são convertidos pela taxa histórica.

4.11.2. Contratos de arrendamento

Em 31 de dezembro de 2018 os contratos de arrendamento, nos quais os riscos e benefícios do ativo arrendado eram transferidos à Companhia, o ativo era reconhecido no balanço patrimonial com contrapartida ao passivo financeiro, no início do prazo do arrendamento, pelos valores equivalentes ao valor justo do bem arrendado, ou se inferior, pelo valor presente do pagamento mínimo de arrendamento.

Os bens arrendados eram depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houvesse razoável certeza de que a Companhia obteria a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo era depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou no prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os demais arrendamentos de aeronaves e motores eram classificados sob a modalidade operacional e os pagamentos eram reconhecidos como uma despesa no resultado de forma linear durante o prazo do contrato, na rubrica de “Arrendamentos operacionais”. Os pagamentos futuros de tais contratos não representavam uma obrigação registrada no

balanço, entretanto, os compromissos assumidos estavam devidamente apresentados em notas explicativas.

A partir de 1º de janeiro de 2019, a Companhia passou a registrar os contratos de arrendamento mercantil de acordo com o CPC 06 (R2) - “Operações de Arrendamento Mercantil”, equivalente ao IFRS 16, que difere significativamente da prática contábil adotada anteriormente.

A nova prática contábil, bem como os efeitos de sua adoção estão apresentadas detalhadamente no item 4.27.1 destas demonstrações financeiras.

4.11.3. Transações de venda e retro arrendamento - *Sale-leaseback*

A determinação do reconhecimento do resultado de transações de *sale-leaseback* utiliza como referência o valor justo do bem negociado. A fonte de informação para obtenção do valor justo são cotações de mercado para itens de natureza semelhante.

Uma vez definido o valor justo, os ganhos ou perdas são inicialmente calculados com base na diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos e posteriormente ajustados de acordo com a proporcionalidade do direito de uso transferido ao arrendador (sendo esse último o valor efetivo reconhecido em resultado como ganho ou perda).

O cálculo da proporcionalidade é realizado considerando o valor justo menos a diferença entre o fluxo de pagamentos dos arrendamentos trazido a valor presente e o financiamento embutido (consideramos que há um financiamento embutido quando a transação é realizada acima do valor justo; quando a transação é realizada abaixo do valor justo consideramos que há um pagamento antecipado e dessa forma, tal valor é ajustado diretamente ao direito de uso reconhecido no ativo).

Até 31 de dezembro de 2018 os ganhos ou perdas decorrentes de transações de *sale-leaseback* da Companhia classificados após a venda de direitos como arrendamento operacional são reconhecidos da seguinte forma:

- Imediatamente no resultado do exercício quando a transação foi mensurada ao valor justo;
- Caso o preço de transação for estabelecido abaixo ou acima do valor justo, o lucro ou perda é reconhecido imediatamente no resultado, exceto se o resultado for compensado por pagamentos futuros de arrendamento abaixo do valor de mercado (os ganhos ou perdas são diferidos e amortizados na proporção dos pagamentos do arrendamento durante o exercício que se espera que o ativo seja utilizado).

O saldo de perdas diferidas é reconhecido como despesa antecipada, enquanto o saldo de ganhos diferidos é reconhecido como outras obrigações. A segregação entre curto e longo prazo é registrado de acordo com o período contratual do arrendamento que originou tal transação.

4.11.4. Capitalização de obrigações contratuais com condições de devolução de aeronaves

A Companhia contabiliza estimativas de gastos na data de início dos contratos de arrendamento para atender condições de devolução de aeronaves como parte do custo dos ativos com contrapartida a uma provisão no passivo. Após o registro inicial, o ativo é depreciado linearmente pelo prazo contratual e a provisão atualizada de acordo com as taxas

de remuneração de capital (“WACC”) vigentes, e os efeitos são registrados na demonstração do resultado como “despesas financeiras”. A provisão é revisada anualmente.

4.11.5. Capitalização de gastos com grandes manutenções de motores, aeronaves, trem de pouso e APU's (*Auxiliary Power Unit*)

Os gastos com grandes manutenções, que incluem substituições de peças e mão de obra, são capitalizados somente quando há o prolongamento da vida útil estimada do ativo correspondente. Tais custos são capitalizados e depreciados pelo prazo estimado a incorrer até a próxima data para grande manutenção. Gastos incorridos que não prolonguem a vida útil dos ativos, são reconhecidos diretamente no resultado.

4.12. Ativos intangíveis

4.12.1. Vida útil definida

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis de vida útil definida, geralmente softwares, são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de seu valor econômico. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a vida útil econômica do ativo intangível.

4.12.2. Vida útil indefinida

4.12.2.1. Ágio por expectativa de rentabilidade futura

Nessa categoria estão registrados os valores correspondentes ao ágio decorrente das combinações de negócios efetuadas pelas controladas GLA e Smiles Fidelidade. O valor do ágio é testado anualmente através da comparação do valor contábil com o valor recuperável da unidade geradora de caixa. A Administração realiza julgamentos e estabelece premissas para avaliar o impacto das mudanças macroeconômicas e operacionais, a fim de estimar os fluxos de caixa futuros e mensurar o valor recuperável dos ativos.

4.12.2.2. Direitos de operações em aeroportos (“*slots*”)

Na combinação de negócios da GLA e da Webjet, foram adquiridos *slots* que foram reconhecidos pelos seus valores justo na data da aquisição e não são amortizados. A vida útil estimada destes direitos foi considerada indefinida devido a diversos fatores e considerações, incluindo requerimentos e autorizações de permissão para operar no Brasil e limitada disponibilidade de direitos de usos nos mais importantes aeroportos em termo de volume de tráfego aéreo. O valor contábil desses direitos é avaliado anualmente, com base na unidade geradora de caixa GLA quanto a seu valor recuperável ou em casos de mudanças nas circunstâncias que indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Nenhuma perda de valor recuperável foi registrada até a presente data.

4.13. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos, com exceção do derivativo contratado atrelado ao *Exchangeable Senior Notes*, que está mensurado a valor justo por meio do resultado.

4.14. Fornecedores e outras obrigações

São inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias e cambiais incorridos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras.

4.14.1. Fornecedores - risco sacado

A Administração promoveu uma negociação junto aos fornecedores com o objetivo de alongar os prazos de pagamentos. Dessa forma a Companhia assinou um convênio junto a instituições financeiras que permite a antecipação do contas a receber de seus fornecedores. Considerando que a antecipação desse recebimento junto às instituições financeiras é uma opção dos fornecedores, como também, a Companhia não é ressarcida e/ou beneficiada pela instituição financeira de descontos por pagamento executado antes da data de vencimento acordada junto ao fornecedor, não há alteração do grau de subordinação do título em caso de execução judicial.

Em 31 de dezembro de 2019, o montante do saldo de fornecedores que se beneficiaram do convênio corresponde a R\$554.467 (R\$365.696 em 31 de dezembro de 2018), conforme descrito na nota explicativa nº21.

4.15. Transportes a executar

Representa as obrigações da Companhia de prestação de serviços de transporte aéreo e outros serviços auxiliares à obrigação principal junto a seus clientes, líquida da receita de *breakage* já reconhecida no resultado, conforme detalhado na nota explicativa nº4.18.1.

4.16. Provisões

4.16.1. Provisão para devolução de aeronaves

As aeronaves negociadas sob a modalidade de arrendamento operacional regularmente preveem obrigações contratuais estabelecendo condições para devolução. Nestes casos, a Companhia provisiona os custos de devolução, uma vez que se tratam de obrigações presentes, decorrentes de eventos passados e que irão gerar desembolsos futuros, cuja mensuração é feita com razoável segurança. Estes gastos referem-se basicamente a gastos relacionados com reconfiguração de aeronave (interior e exterior), obtenção de licenças e certificações técnicas, *checks* de devolução, pintura, etc., conforme estabelecido em contrato. O custo estimado é registrado inicialmente a valor presente no ativo imobilizado e a contrapartida da provisão para devolução de aeronaves é registrada na rubrica de “Provisões”. Após o registro inicial, o passivo é atualizado de acordo com a taxa de remuneração de capital estimada pela Companhia, com contrapartida registrada no resultado financeiro. Eventuais alterações na estimativa de gastos a incorrer são registradas de forma prospectiva.

4.16.2. Provisão para devolução de motores

São estimadas com base nas condições mínimas contratuais em que o equipamento deve ser devolvido para o arrendador, observando os custos históricos incorridos e as condições do equipamento no momento da avaliação. Estas provisões são registradas no resultado do exercício a partir do momento em que os requisitos contratuais são atingidos e a próxima manutenção está prevista para uma data posterior à data prevista para devolução do motor. A Companhia estima a provisão para devolução do motor de acordo com o gasto que deverá incorrer, e, quando o valor pode ser confiavelmente estimado. O valor de uma provisão será o valor presente dos gastos que se espera ser exigido para liquidar a obrigação mínima. O prazo será baseado na data que se espera a devolução do motor arrendado, ou seja, o prazo de vigência do contrato de arrendamento.

4.16.3. Provisão para riscos tributários, fiscais e trabalhistas

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, formalizada ou não, em consequência de um evento passado e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor desta possa ser feita.

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos, principalmente no Brasil. As avaliações das probabilidades de perdas destes processos incluem a análise das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para refletir alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4.17. Benefício pós-emprego

A partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia passou a reconhecer ativos e passivos atuariais relacionados a benefício de plano médico oferecido a seus colaboradores de acordo com o CPC 33 (R1) - “Benefícios a Empregados”, equivalente ao IAS 19. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes tendo como base o relatório atuarial preparado por especialistas independentes, enquanto os benefícios pagos diretamente pela Companhia, o custo do serviço corrente e o custo dos juros são reconhecidos no resultado do exercício.

A Administração avaliou o impacto da não adoção da norma em exercícios anteriores e concluiu que os efeitos eram imateriais não causando prejuízos aos usuários das demonstrações financeiras anteriormente divulgadas.

4.18. Reconhecimento de receita

4.18.1. Receita de passageiros, cargas e serviços auxiliares

A receita de passageiros é reconhecida quando o transporte aéreo é efetivamente prestado. Os bilhetes vendidos, mas ainda não utilizados são registrados na rubrica de transportes a executar, representando uma receita diferida de bilhetes vendidos a serem transportados em data futura, líquida da estimativa de receita de *breakage*.

A receita de *breakage* consiste no cálculo, com base histórica, de bilhetes emitidos que expirarão pela não utilização, ou seja, passageiros que adquiriram bilhetes e que apresentam

grande probabilidade de não utilizá-los. Ao menos anualmente os cálculos são revisados com objetivo de refletir e capturar mudanças no comportamento dos clientes em relação à expiração de bilhetes.

Sob a perspectiva das demonstrações financeiras consolidadas o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do Programa Smiles por passagens aéreas apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados.

Receitas originadas de embarque de cargas são reconhecidas quando as obrigações de desempenho serão atendidas.

Outras receitas que incluem serviços fretados, serviços de venda a bordo, tarifas de remarcação de voos, despacho de bagagem e outros serviços adicionais são reconhecidos junto com a obrigação principal de transporte de passageiro.

4.18.2. Adoção de *hedge accounting* para proteção de receitas de passageiros e serviços auxiliares futuros

No curso regular de suas operações a Companhia realiza vendas recorrentes em dólares norte-americanos (“US\$”) principalmente em decorrência das rotas internacionais na América do Sul, Central e do Norte. Dessa forma a partir de 1º de agosto de 2019 a Administração adotou o *hedge accounting*, modalidade fluxo de caixa, como forma a proteger essas receitas futuras em moeda estrangeira (objeto de *hedge*), consideradas altamente prováveis, conforme previsto e expresso no parágrafo 6.3.1 do CPC 48, utilizando como instrumentos de *hedge* 50 contratos de arrendamento mercantil registrados como dívida em decorrência da adoção do CPC 06 (R2).

Com a adoção do *hedge accounting*, os ganhos e perdas cambiais oriundos dos contratos de arrendamento (instrumento de *hedge*) serão acumulados em conta do patrimônio líquido, “Ajuste de avaliação patrimonial”, sendo apropriados ao resultado da Companhia no momento da realização das receitas oriundas de vendas em US\$.

O *hedge accounting* deriva do *hedge* natural das operações da Companhia, retratada pelo fluxo de caixa (receitas e amortizações de dívida em US\$) e não representa aumento de custos financeiros, possibilitando a eliminação parcial da volatilidade cambial dos resultados da Companhia. A posição final do patrimônio líquido não é afetada pela adoção desta prática contábil. Os elementos do *hedge accounting* são: (1) objeto de *hedge*: receita altamente provável de vendas em US\$; (2) instrumento de *hedge*: 50 contratos de arrendamento mercantil atrelados ao US\$; (3) montante designado: 60 meses de receitas consideradas altamente prováveis com base no intervalo de 80 a 85% de receitas auferidas historicamente, perfazendo um *notional* no momento da adoção inicial no montante de US\$903,102; (4) natureza do risco coberto: variação cambial; (5) especificação do risco coberto: câmbio *spot* USD/BRL; (6) tipo de relação de *hedge*: fluxo de caixa.

Em 31 de dezembro de 2019 as perdas acumuladas em outros resultados abrangentes corresponde a R\$165.436.

4.18.3. Receita de milhas

O Programa Smiles tem o objetivo de fidelizar seus clientes por meio da concessão de créditos de milhas aos participantes. A obrigação gerada pela emissão de milhas é mensurada com base no preço pelo qual as milhas foram vendidas aos parceiros aéreos e não aéreos da Smiles, considerados como o valor justo da transação. O reconhecimento da receita no

resultado do exercício ocorre no momento do resgate das milhas pelos participantes do Programa Smiles para a troca de prêmios com seus parceiros.

A controlada Smiles atua como agente e cumpre com a sua obrigação de desempenho no momento do resgate das milhas pelos participantes do Programa Smiles na troca de prêmios com seus parceiros, sendo este o momento em que ocorre o reconhecimento da receita no resultado. Dessa forma, a receita bruta é apresentada líquida de seus respectivos custos variáveis diretos associados à disponibilização dos bens e serviços aos participantes.

Em decorrência de suas características o programa de milhas também propicia a possibilidade de se reconhecer uma receita de *breakage*, que por sua vez, é determinada com base em cálculo de milhas que apresentam alto potencial de expiração devido a não utilização das mesmas pelos participantes do Programa Smiles. O cálculo é aplicado sobre as milhas emitidas no período, dando origem à receita de *breakage*.

Cabe ressaltar que eventos futuros podem alterar significativamente o perfil dos clientes e seu padrão histórico do resgate de milhas. Tais alterações podem resultar em mudanças significativas no saldo de receita diferida, assim como no reconhecimento da receita de *breakage*. A política do programa de milhagens Smiles prevê o cancelamento de todas as milhas presentes nas contas dos clientes após 36 meses, com exceção para os clientes das categorias Ouro e Diamante cujo prazo de expiração de milhas é de 48 e 120 meses, respectivamente. As milhas do Clube Smiles tem validade de 120 meses. A Companhia revisa o cálculo estatístico anualmente.

4.19. Remuneração baseada em ações

4.19.1. Opções de compra de ações

A Companhia oferece a seus executivos planos de opção de compra de ações. A Companhia reconhece como despesa, em base linear, o valor justo das opções ou ações, apurado na data da outorga, durante o período de serviço exigido pelo plano em contrapartida ao patrimônio líquido. A despesa acumulada reconhecida reflete o período aquisitivo e a melhor estimativa da Companhia sobre o número de ações que serão adquiridas. A despesa ou receita da movimentação ocorrida no exercício é reconhecida na demonstração do resultado. A despesa é revertida por falta de satisfação de uma condição de aquisição.

O efeito das opções em aberto é refletido como diluição adicional no cálculo do lucro por ação diluído.

Os planos têm sido realizados com a entrega de ações.

4.19.2. Ações restritas

A Companhia também pode oferecer a seus executivos um plano de transferência de ações restritas que se realiza ao término de 3 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período. Tal transferência se dá preferencialmente através de ações mantidas em tesouraria.

O impacto de eventual revisão das quantidades de ações restritas que não serão adquiridas em relação às estimativas originais, se houver, é reconhecido no resultado do exercício, de tal forma que a despesa acumulada reflita as estimativas revisadas com o correspondente ajuste no patrimônio líquido.

Os planos têm sido realizados com a entrega de ações.

4.20. Participação dos colaboradores e administradores no lucro

Os colaboradores da Companhia têm direito a uma participação nos lucros com base em determinadas metas acordadas anualmente, e os administradores com base nas disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. O montante da participação é reconhecido no resultado do período em que as metas são atingidas.

4.21. Receitas e despesas financeiras

Abrangem receitas de juros sobre montantes investidos, variações cambiais sobre ativos e passivos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos e perdas nos instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e juros sobre empréstimos e financiamentos, juros sobre empréstimos, comissões e despesas bancárias, entre outros. As receitas e as despesas com juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos.

4.22. Lucro (prejuízo) por ação

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, a menos que esses ajustes não sejam diluidores.

4.23. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer em despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como a Administração da Companhia revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Administração da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação e representam principalmente tipos de negócios sendo: transporte aéreo e programa de milhagem.

4.23.1. Segmento de transporte aéreo

As operações deste segmento têm origem principalmente na controlada GLA, pela prestação de serviços de transporte aéreo de passageiros e os principais ativos geradores de receitas são suas aeronaves. As outras receitas são originadas principalmente das operações de cargas, e serviços correlacionados como de despacho de bagagem, multas por remarcação e cancelamento de bilhetes, etc.

4.23.2. Segmento de programa de fidelidade

As operações deste segmento são representadas pelas transações de venda de milhas a parceiros aéreos e não aéreos. Neste contexto, estão o gerenciamento do programa, a comercialização e direitos de resgates de produtos e serviços e a criação e gerenciamento de banco de dados de pessoas físicas e jurídicas. O principal ativo gerador de caixa é sua carteira de participantes do programa.

4.24. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são registradas à taxa de câmbio vigente da data em que as operações ocorrem. Ativos e passivos monetários designados em moeda estrangeira são apurados com base na taxa de câmbio vigente da data do balanço, e qualquer diferença resultante da conversão de moedas é registrada na rubrica de “Variação cambial, líquida” na demonstração de resultado do exercício.

As taxas de câmbio em reais em vigor na data base destas demonstrações financeiras são as seguintes:

	Taxa final		Taxa média	
	2019	2018	2019	2018
Dólar americano	4,0307	3,8748	4,1102	3,8841
Peso argentino	0,0673	0,1028	0,0686	0,1026

4.25. Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)

Tem a finalidade de evidenciar a riqueza gerada pela Companhia e sua distribuição durante determinado exercício, e é apresentada pela Companhia conforme requerido pela legislação societária brasileira como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as normas do IFRS. A DVA foi preparada com base em informações obtidas nos registros contábeis seguindo as disposições contidas no CPC 09 - “Demonstração valor adicionado”.

4.26. Principais estimativas contábeis e premissas utilizadas

Conforme divulgado na nota explicativa nº2, a Administração fez julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, a saber:

- receita de *breakage* de passagens e milhas (nota explicativa nº4.18.1 e 4.18.3);
- perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº9);
- análise anual do valor recuperável de impostos diferidos (nota explicativa nº12);
- adiantamento a fornecedores e terceiros (nota explicativa nº 13);
- análise de recuperabilidade de depósitos para manutenção (nota explicativa nº14);
- vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas explicativas nº16 e nº17);
- análise anual do valor recuperável de ágio (nota explicativa nº17);
- análise de recuperação de *slots* (nota explicativa nº17);
- transportes a executar (nota explicativa nº23);
- provisões para benefício pós-emprego (nota explicativa nº24);
- provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas (nota explicativa nº24);
- provisão para devolução de aeronaves e motores (nota explicativa nº24);
- transações com remuneração baseada em ações (nota explicativa nº27);
- direitos e obrigações com operações de derivativos (nota explicativa nº34); e
- valor justo de instrumentos financeiros (nota explicativa nº34).

A Companhia revisa continuamente as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras no período em que tais revisões são efetuadas.

4.27. Novas normas e pronunciamentos contábeis adotados no exercício corrente

4.27.1. CPC 06 (R2) - “Operações de Arrendamento Mercantil”, equivalente ao IFRS 16

O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial, similar à contabilização de arrendamentos financeiros nos moldes do CPC 06 (R1). A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários - arrendamentos de ativos de “baixo valor” e arrendamentos de curto prazo, ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou inferior.

Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso). Os arrendatários devem reconhecer separadamente as despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e a despesa de depreciação do ativo de direito de uso.

Os arrendatários também devem reavaliar o passivo do arrendamento na ocorrência de determinados eventos, por exemplo, uma mudança no prazo do arrendamento, uma mudança nos fluxos de pagamentos futuros do arrendamento como resultado da alteração de um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos. Em geral, o arrendatário deve reconhecer o valor de remensuração do passivo de arrendamento como um ajuste ao ativo de direito de uso.

Dentre as formas de adoção previstas na norma, a Companhia optou pela adoção do método retrospectivo modificado, portanto, em consonância com os requerimentos do IFRS 16, não reapresentou informações e saldos em base comparativa. Visto a adoção pelo método retrospectivo modificado, a Companhia optou por adotar os seguintes expedientes práticos e isenções de transição da norma, os quais estão abaixo detalhados:

- a Companhia fez uso da percepção tardia, tal como ao determinar o prazo do arrendamento, considerando extensões e renegociações ocorridas ao longo do contrato; e
- a Companhia aplicou uma taxa de desconto única à carteira de arrendamentos com características similares, considerando os prazos remanescentes dos contratos e a garantia proporcionada pelos ativos.

Na determinação da taxa de desconto a Companhia utilizou como base primordial aquelas contratadas nas operações de captações recentes no mercado europeu e norte-americano, exceto pelos bonds perpétuos e *exchangeable senior notes*, dessa forma concluímos que os efeitos inflacionários embutidos são baixíssimos acrescidos ao fato que 99,3% das obrigações de arrendamentos da Companhia são determinadas em US\$.

A Companhia avaliou os impactos decorrentes da adoção desta norma considerando as premissas acima descritas, o que resultou na contabilização inicial de 120 contratos de arrendamento de bens aeronáuticos e 14 contratos de arrendamento de bens não aeronáuticos como direito de uso, os efeitos da adoção inicial está demonstrado na tabela a seguir:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido (c)
Arrendamento operacional (a)	-	(219.728)	219.728
Direito de uso - contratos aeronáuticos	2.892.836	5.540.621	(2.647.785)
Direito de uso - contratos não aeronáuticos	41.420	49.975	(8.555)
Constituição de imposto diferido - Smiles (b)	-	-	278
Total	2.934.256	5.370.868	(2.436.334)

(a) Refere-se a parcelas de arrendamento operacional que tiveram seus prazos de vencimento renegociados durante o exercício de 2016.

(b) Efeito de impostos sobre a renda diferidos proveniente da adoção inicial do CPC 06 (R2)/IFRS 16 registrado na controlada Smiles.

(c) Diferença entre ativo e passivo em função da adoção da Norma pelo método retrospectivo simplificado e taxa de conversão de USD para BRL para os contratos de aeronaves e motores (ativo pelo câmbio histórico e passivo pelo câmbio na data da adoção).

Os impactos relacionados ao registro dos tributos diferidos para o ajuste de adoção do CPC 06 (R2), em 1º de janeiro de 2019, não refletiu os efeitos tributários correspondentes na GLA, visto que não apresenta histórico de lucros tributáveis, e atualmente, constitui crédito tributário ativo limitado ao montante de crédito tributário passivo, em consonância com o item nº35 do CPC 32 - “Tributos sobre o Lucro”.

Ainda em decorrência da adoção do CPC 06 (R2) equivalente ao IFRS 16, a Companhia promoveu algumas reclassificações no balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparabilidade, conforme demonstrado abaixo:

	Consolidado 31/12/2018		
	Conforme Divulgado	Reclassificação	Reclassificado
Circulante			
Empréstimos e financiamentos	1.223.324	(120.118)	1.103.206
Arrendamentos a pagar	-	255.917	255.917
Arrendamentos operacionais	135.799	(135.799)	-
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	5.861.143	(520.542)	5.340.601
Arrendamentos a pagar	-	656.228	656.228
Arrendamentos operacionais	135.686	(135.686)	-

4.27.2. ICPC 22 - “Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro”, equivalente ao IFRIC 23

Em junho de 2017, o IASB emitiu o IFRIC 23 que trata da aplicação dos requerimentos do IAS 12 “Impostos sobre rendimento” quando houver incerteza quanto à aceitação do tratamento pela autoridade fiscal. A interpretação esclarece que caso não seja provável a aceitação, os valores de ativos e passivos fiscais devem ser ajustados para refletir a melhor resolução da incerteza. O IFRIC 23 está em vigor desde 1º de janeiro de 2019, com base na avaliação efetuada a Administração concluiu que não há impactos ou necessidades de divulgações adicionais nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas decorrentes da aplicação da norma.

4.28. Novas normas e pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5. Sazonalidade

A Companhia tem expectativa de que as suas receitas e o resultado operacional de seus voos atinjam seus níveis mais altos durante o período de férias de verão e inverno, em janeiro e julho respectivamente, e nas duas últimas semanas de dezembro, durante a temporada de festividades de final de ano. Dada a grande proporção de custos fixos, essa sazonalidade tende a causar variações nos resultados operacionais entre os trimestres do exercício social.

6. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Caixa e depósitos bancários	488	6.587	418.447	157.970
Equivalentes de caixa	1.016.258	275.878	1.226.978	668.217
Total	1.016.746	282.465	1.645.425	826.187

A composição do saldo de equivalentes de caixa está demonstrada a seguir:

		Controladora		Consolidado	
		2019	2018	2019	2018
Rentabilidade média ponderada (a.a.)					
Moeda nacional					
Títulos privados	90,4% do CDI	366.338	1.895	514.356	74.819
Títulos públicos	-	-	-	-	39
Fundos de investimentos	-	-	2.217	-	307.499
Aplicações automáticas	29,4% do CDI	-	-	5.505	-
Total moeda nacional		366.338	4.112	519.861	382.357
Moeda estrangeira					
Títulos privados	2,0%	649.920	271.766	707.117	285.860
Total moeda estrangeira		649.920	271.766	707.117	285.860
Total		1.016.258	275.878	1.226.978	668.217

7. Aplicações financeiras

		Controladora		Consolidado	
	Rentabilidade média ponderada (a.a.)	2019	2018	2019	2018
Moeda nacional					
Títulos públicos	104,2% do CDI	-	-	56.532	21.100
Fundos de investimento	100,2% do CDI	673	-	862.868	365.249
Total moeda nacional		673	-	919.400	386.349
Moeda estrangeira					
Títulos privados	3,00%	-	92.015	1.713	92.015
Títulos públicos	1,8%	-	-	29.684	-
Fundos de investimento	-	-	-	2.965	-
Total moeda estrangeira		-	92.015	34.362	92.015
Total		673	92.015	953.762	478.364

8. Caixa restrito

		Controladora		Consolidado	
	Rentabilidade média ponderada (a.a.)	2019	2018	2019	2018
Moeda nacional					
Carta fiança	97,6% do CDI	3.948	2.318	138.164	100.394
Processos judiciais	96,2% do CDI	-	33.928	85.351	72.089
Contrato de arrendamento	98,5% do CDI	-	-	136.438	102.880
Outros depósitos vinculados	66,4% do CDI	2.451	3.538	9.922	113.465
Total moeda nacional		6.399	39.784	369.875	388.828
Moeda estrangeira					
Margem de hedge	1,6%	-	-	74.431	433.304
Total moeda estrangeira		-	-	74.431	433.304
Total		6.399	39.784	444.306	822.132
Circulante		6.399	-	304.920	133.391
Não circulante		-	39.784	139.386	688.741

9. Contas a receber

	Consolidado	
	2019	2018
Moeda nacional		
Administradoras de cartões de crédito	740.967	393.557
Agências de viagens	253.494	226.627
Agências de cargas	33.677	40.431
Companhias aéreas parceiras	291	3.243
Outros	15.690	52.216
Total moeda nacional	1.044.119	716.074
Moeda estrangeira		
Administradoras de cartões de crédito	121.844	97.488
Agências de viagens	36.845	21.005
Agências de cargas	1.384	1.378
Companhias aéreas parceiras	30.740	23.294
Outros	11.550	5.373
Total moeda estrangeira	202.363	148.538
Total	1.246.482	864.612
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(16.952)	(11.284)
Total líquido	1.229.530	853.328

A composição de contas a receber por idade de vencimento, líquida de provisões para crédito de liquidação duvidosa, é como segue:

	Consolidado	
	2019	2018
A vencer		
Até 30 dias	567.567	527.878
D 31 a 60 dias	213.334	101.226
De 61 a 90 dias	100.478	49.696
De 91 a 180 dias	187.883	83.128
De 181 a 360 dias	76.902	36.801
Acima de 360 dias	1.499	268
Total a vencer	1.147.663	798.997
Vencidas		
Até 30 dias	47.959	13.167
De 31 a 60 dias	23.290	4.726
De 61 a 90 dias	3.986	2.672
De 91 a 180 dias	3.009	11.173
De 181 a 360 dias	421	9.863
Acima de 360 dias	3.202	12.730
Total vencidas	81.867	54.331
Total	1.229.530	853.328

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é como segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Saldos no início do exercício - CPC 38 (IAS 39)	-	(38.681)
Ajuste de adoção inicial - CPC 48 (IFRS 9)	-	2.593
Saldos ajustados no início do exercício	(11.284)	(36.088)
Exclusões e reversões	(13.499)	9.789
Baixa de montantes incobráveis	7.831	15.015
Saldo no final do exercício	(16.952)	(11.284)

10. Estoques

	Consolidado	
	2019	2018
Materiais de consumo	14.274	14.848
Peças e materiais de manutenção	184.939	165.293
Total	199.213	180.141

A movimentação da provisão para obsolescência de estoques é conforme segue:

	Consolidado	
	2019	2018
Saldos no início do exercício	(12.808)	(12.509)
Adições	(2.168)	(5.023)
Baixas	674	4.724
Saldos no final do exercício	(14.302)	(12.808)

11. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Antecipações de IRPJ e CSLL a recuperar	27.552	29.892	195.864	268.428
Imposto de renda retido na fonte	-	119	3.969	4.744
PIS e COFINS a recuperar ^(*)	-	-	273.152	163.921
Imposto de valor agregado (IVA), no exterior	-	-	4.650	5.649
Outros	60	57	6.181	13.927
Total	27.612	30.068	483.816	456.669
Circulante	5.163	5.279	309.674	360.796
Não circulante	22.449	24.789	174.142	95.873

(*) Durante o exercício, as controladas Smiles Fidelidade e GLA apuraram créditos fiscais extemporâneos de PIS e COFINS relativos aos últimos 5 exercícios, nos montantes totais de R\$49.518 e R\$91.066, respectivamente, tendo sido compensado até a data destas demonstrações financeiras o montante de R\$17.300 relativo a créditos constituídos no exercício de 2019 e R\$ 99.605 relativo a créditos constituídos no exercício de 2018.

12. Impostos diferidos

12.1. Impostos diferidos ativos (passivos)

As posições de ativos e passivos diferidos estão apresentadas a seguir e observam os direitos legais exequíveis de compensação que consideram impostos lançados pela mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributária.

	Controladora			Consolidado					
	2018	Resultado	2019	2018	Resultado	Lucros acumulados	Variação cambial	Reclassificação	2019
Controladora e subsidiária Smiles									
Prejuízos fiscais	16.983	22.907	39.890	16.983	25.868	-	(56)	-	42.795
Base negativa de contribuição social	6.114	8.246	14.360	6.114	8.246	-	-	-	14.360
Diferenças temporárias:									
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos	196	1.761	1.957	196	1.762	-	-	-	1.958
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	916	(220)	696	916	(220)	-	-	-	696
Lucros não realizados	-	-	-	49.613	-	-	-	(49.613)	-
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo	24.209	32.694	56.903	73.822	35.656	-	(56)	(49.613)	59.809
Subsidiárias GLA e Smiles									
Prejuízos fiscais	-	-	-	58.384	(58.384)	-	-	-	-
Base negativa de contribuição social	-	-	-	21.018	(21.018)	-	-	-	-
Diferenças temporárias:									
Provisão para crédito de liquidação duvidosa e outros créditos	-	-	-	72.649	(15.911)	-	-	-	56.738
Provisão para <i>breakage</i>	-	-	-	(172.869)	(23.337)	-	-	-	(196.206)
Provisão para perda com outros créditos	-	-	-	143.350	-	-	-	-	143.350
Provisão para processos judiciais e obrigações fiscais	-	-	-	93.221	(2.170)	-	-	-	91.051
Devolução de aeronaves	-	-	-	62.642	83.597	-	-	-	146.239
Operações com derivativos	-	-	-	5.335	(47.489)	-	-	-	(42.154)
Direitos de voo	-	-	-	(353.226)	-	-	-	-	(353.226)
Depreciação de motores e peças de manutenção de aeronaves	-	-	-	(174.129)	(9.848)	-	-	-	(183.977)
Estorno da amortização do ágio para fins fiscais	-	-	-	(127.659)	-	-	-	-	(127.659)
Operações de arrendamento de aeronaves e outros	-	-	-	30.956	33.145	278	-	-	64.379
Outros	-	-	-	113.038	(23.725)	-	-	-	89.313
Lucros não realizados	-	-	-	-	18.498	-	-	49.613	68.111
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo	-	-	-	(227.290)	(66.642)	278	-	49.613	(244.041)
Total do efeito dos impostos diferidos no resultado	-	32.694	-	-	(30.986)	-	-	-	-



A Companhia e suas controladas diretas GLA e Smiles (operação na Argentina) possuem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social na apuração do lucro tributável, a compensar com 30% dos lucros tributários futuros anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

	GOL		GLA		Smiles Fidelidade Argentina
	2019	2018	2019	2018	2019
Prejuízo fiscal de IRPJ	159.559	170.418	5.017.227	5.631.209	8.343
Base negativa de CSLL	159.559	170.418	5.017.227	5.631.209	-
Crédito tributário potencial	54.250	57.942	1.705.857	1.914.611	2.905

A análise de realização dos créditos tributários diferidos foi realizada por empresa, conforme segue:

GOL: possui o montante total de créditos fiscais de R\$56.903, sendo R\$54.250 referente a prejuízo fiscal e base negativa da contribuição social e R\$2.653 referente a diferenças temporárias, com realização suportada pelo plano de longo prazo.

A Administração estima que os créditos fiscais diferidos ativos, constituídos sobre prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, poderão ser realizados conforme abaixo:

Ano	Valor
2020	4.768
2021	8.375
2022	7.473
2023	8.332
2024	9.471
2025 a 2029	15.831
Total	54.250

GLA: possui créditos fiscais sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$1.705.857. Face a instabilidade dos cenários político-econômico, oscilações do dólar e demais variáveis que podem afetar as projeções de resultados futuros, bem como ao histórico de prejuízos nos últimos exercícios, a Companhia deixou de registrar referidos créditos fiscais ativos.

Smiles Fidelidade Argentina: A Administração estima que o imposto diferido ativo relativo ao prejuízo fiscal no montante de R\$2.905 se realizará em 36 meses.

A conciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 é demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
(Prejuízo) lucro antes do IRPJ e CSLL	(141.376)	(1.080.235)	388.945	(482.596)
Alíquota fiscal nominal combinada	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal combinada	48.068	367.280	(132.241)	164.083
Ajustes para o cálculo da alíquota efetiva:				
Equivalência patrimonial	173.375	(289.974)	26	132
Diferença de alíquota sobre resultado de controladas	(192.511)	56.008	(207.565)	201.043
Despesas não dedutíveis, líquidas	(956)	(76.309)	(61.219)	161.815
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(29.603)	(54.375)	(101.329)	(173.964)
Juros sobre o capital próprio	(9.115)	(7.788)	8.212	6.998
Crédito de impostos extemporâneos	34.845	-	31.942	-
Benefício constituído (não constituído) sobre prejuízo fiscal e diferenças temporárias	-	-	252.567	(653.343)
Utilização de créditos fiscais em parcelamento especial	-	-	-	(3.892)
Imposto de renda e contribuição social total	24.103	(5.158)	(209.607)	(297.128)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	(8.591)	(1.664)	(178.621)	(52.139)
Diferido	32.694	(3.494)	(30.986)	(244.989)
Total imposto de renda e contribuição social	24.103	(5.158)	(209.607)	(297.128)

13. Adiantamento a fornecedores e terceiros

	Controladora	Consolidado	
	2019	2019	2018
Adiantamento Oceanair	161.228	192.715	-
Adiantamento a fornecedores nacional	-	95.596	17.373
Adiantamento a fornecedores internacional	37	25.316	5.648
Adiantamento para materiais e reparos	-	48.930	32.111
Total	161.265	362.557	55.132
Ajuste a valor presente de adiantamento a fornecedores	-	(10.604)	-
Provisão para perda de adiantamento a Oceanair	(161.228)	(161.228)	-
Total adiantamento a fornecedores	37	190.725	55.132
Circulante	37	142.338	55.132
Não circulante	-	48.387	-

No âmbito do plano de recuperação judicial da Oceanair Linhas Aéreas S.A. (“Oceanair”) e da AVB Holding S.A. (“Plano de Recuperação Judicial”), aprovado por seus credores em 5 de abril de 2019 a Companhia: (i) concedeu Empréstimos DIP à Oceanair no valor de R\$31.487, e (ii) concedeu adiantamento para a Elliott um dos principais credores da Oceanair no valor de R\$161.228 (“Adiantamento”) conforme contrato celebrado em 3 de abril de 2019.

Era previsto que os adiantamentos seriam restituídos pela Elliott caso: (a) a Companhia ou qualquer terceiro adquirisse uma unidade produtiva isolada conforme previsto no Plano de Recuperação Judicial da Oceanair Linhas Aéreas S.A.; ou (b) na ocorrência de outro plano de recuperação judicial, que envolvesse essa venda de direitos de horários de pousos e decolagens da Oceanair. Em contrapartida pela concessão do Adiantamento, e sujeito a determinadas condições, o Grupo Elliott pagaria para a Companhia uma parcela dos recursos que por ventura viessem a ser recuperados pelo Grupo Elliott no âmbito do Processo de Recuperação Judicial da Oceanair.

Em 10 de julho de 2019, no âmbito do Plano de Recuperação Judicial, a Companhia apresentou lances vencedores para a aquisição de determinadas unidades produtivas isoladas (“UPIs”), no montante total de US\$77,3 milhões.

O Plano de Recuperação Judicial estabelecia que os empréstimos DIP poderiam ser compensados contra o preço a ser pago pela Companhia para a aquisição de UPIs.

Em dezembro de 2019, o Poder Judiciário considerou inexecutível o plano de recuperação judicial, e como consequência foi declarada a falência da Avianca Brasil / Oceanair Linhas Aéreas e invalidado o leilão das UPIs.

Dessa forma a Administração provisionou os valores relacionados aos adiantamentos concedidos que não estavam suportados por garantias, entretanto, continua avaliando alternativas de recuperação dos ativos.

14. Depósitos

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Depósitos judiciais	61.447	59.305	841.746	726.491
Depósito para manutenção	-	-	830.282	647.057
Depósitos em garantia de contratos de arrendamento	51.055	49.081	296.327	238.747
Total	112.502	108.386	1.968.355	1.612.295

14.1. Depósitos judiciais

Os depósitos e bloqueios judiciais representam garantias de processos judiciais tributários, cíveis e trabalhistas, mantidos em juízo até a solução dos litígios a que estão relacionados. Parte dos depósitos judiciais referem-se a processos de ações cíveis e trabalhistas decorrentes de pedidos de sucessão em processos movidos contra Varig S.A. ou, ainda, a processos trabalhistas movidos por colaboradores que não pertencem à GLA ou a qualquer parte relacionada. Tendo em vista que a Companhia não é parte legítima para figurar no polo passivo de referidas ações judiciais, sempre que tais bloqueios ocorrem, é demandada sua exclusão e respectiva liberação dos recursos retidos. Em 31 de dezembro de 2019, os valores bloqueados referentes a processos de sucessão da Varig S.A. e a processos de terceiros eram de R\$ 115.390 e R\$107.510, respectivamente (R\$113.979 e R\$76.415 em 31 de dezembro de 2018).

A GLA também possui depósitos judiciais decorrentes de ação movida pelo Sindicato Nacional das Empresas Aéreas (“SNEA”) contra o aumento de 72% nas tarifas aeroportuárias promovidas pelo Departamento de Controle do Espaço Aéreo (“DECEA”). Em 31 de dezembro de 2019, o montante depositado corresponde a R\$239.929 (R\$153.128 em 31 de dezembro de 2018). O mesmo montante encontra-se registrado no passivo circulante na rubrica de “Taxas e tarifas aeroportuárias”.

14.2. Depósitos para manutenção

A Companhia efetua depósitos em dólar norte-americano para manutenção de aeronaves e motores, que serão utilizados em eventos futuros conforme estabelecido em determinados contratos de arrendamento mercantil.

Os depósitos para manutenção não isentam a Companhia, como arrendatária, das obrigações contratuais relativas às manutenções ou ao risco associado às atividades operacionais. A

Companhia detém o direito de escolher realizar as manutenções internamente ou através de seus fornecedores.

A Companhia possui duas categorias de depósitos para manutenção:

- **Garantia de manutenção:** refere-se a depósitos pontuais que são reembolsados ao final do contrato de arrendamento, e podem também ser utilizados em eventos de manutenção, a depender de negociações com arrendadores. O saldo destes depósitos em 31 de dezembro de 2019 era de R\$213.449 (R\$249.080 em 31 de dezembro de 2018).
- **Reserva de manutenção:** refere-se a valores pagos mensalmente com base na utilização dos componentes e podem ser utilizados em eventos de manutenção conforme determinação contratual. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo referente a tais reservas era de R\$616.833 (R\$397.977 em 31 de dezembro de 2018).

14.3. Depósitos em garantia de contratos de arrendamento

Conforme requerido pelos contratos de arrendamento mercantil, a Companhia realiza depósitos em garantia (em dólar norte-americano) às empresas de arrendamento, resgatáveis integralmente no vencimento dos contratos.

15. Investimentos

15.1. Composição dos investimentos

As informações dos investimentos estão demonstradas a seguir:

	Controladora		Consolidado
	GLA	Smiles Fidelidade	Trip
Informações relevantes das controladas em 31 de dezembro de 2019			
Quantidade total de ações	5.262.335.049	124.158.953	-
Capital social	4.554.280	254.610	1.318
Percentual de participação	100,00%	52,61%	60,00%
Patrimônio líquido (negativo)	(6.498.660)	1.205.335	2.103
Lucros não realizados (a)	-	(132.215)	-
Patrimônio líquido ajustado (b)	(6.498.660)	501.986	1.254
Resultado líquido do exercício	215.027	626.725	129
Lucros não realizados do exercício (a)	-	(35.909)	-
Resultado líquido do exercício ajustado	215.027	294.899	77

	Controladora		Consolidado	
	GLA	Smiles Fidelidade	Trip	Netpoints
Informações relevantes das controladas em 31 de dezembro de 2018				
Quantidade total de ações	5.262.335.049	124.007.953	-	130.492.408
Capital social	4.554.280	44.874	1.318	75.351
Percentual de participação	100,0%	52,67%	60,0%	25,4%
Patrimônio líquido (negativo)	(4.200.243)	1.014.230	1.962	(20.758)
Lucros não realizados (a)	-	(96.332)	-	-
Patrimônio líquido ajustado (b)	(4.200.243)	437.875	1.177	-
Resultado líquido do exercício	(1.168.201)	645.842	644	(3.613)
Lucros não realizados do exercício (a)	-	(24.837)	-	-
Resultado líquido do exercício ajustado	(1.168.201)	315.335	387	-

(a) Corresponde a transações envolvendo a receita do resgate de milhas por passagens aéreas pelos participantes do Programa Smiles que, para fins de demonstrações financeiras consolidadas, apenas se realizam quando os participantes do programa são efetivamente transportados pela GLA.

(b) O patrimônio líquido ajustado corresponde ao percentual sobre o patrimônio líquido total líquido dos lucros não realizados.

15.2. Movimentação dos investimentos

	Controladora		Consolidado	
	GLA	Smiles Fidelidade	Total	Trip
SalDOS em 31 de dezembro de 2018	(4.200.243)	437.875	(3.762.368)	1.177
Adoção de normativo contábil - CPC 06 (R2) (IFRS 16) (a)	(2.435.792)	(285)	(2.436.077)	-
Resultado de equivalência patrimonial	215.027	294.899	509.926	77
Resultados não realizados de <i>hedge</i>	(30.021)	-	(30.021)	-
Perdas atuariais de benefício pós-emprego	(87.541)	-	(87.541)	-
Efeitos em diluição de participação societária	-	(649)	(649)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(230.940)	(230.940)	-
Remuneração baseada em ações	38.359	-	38.359	-
Demais variações patrimoniais das investidas	1.551	1.086	2.637	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2019	(6.498.660)	501.986	(5.996.674)	1.254

	Controladora		Consolidado	
	GLA	Smiles Fidelidade	Total	Trip
Movimentação dos investimentos				
SalDOS em 31 de dezembro de 2017	(2.590.503)	388.235	(2.202.268)	1.333
Adoção de normativo contábil	(19.575)	-	(19.575)	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2017 (Reapresentado)	(2.610.078)	388.235	(2.221.843)	1.333
Adoção de normativo contábil	1.632	43	1.675	-
Resultado de equivalência patrimonial	(1.168.201)	315.335	(852.866)	387
Resultados não realizados de <i>hedge</i>	(420.706)	-	(420.706)	-
Efeitos em diluição de participação societária	-	(561)	(561)	-
Dividendos e juros sobre capital próprio	-	(265.136)	(265.136)	(543)
Demais variações patrimoniais das investidas	-	(41)	(41)	-
Amortização de perdas com operações de <i>sale-leaseback</i>	(2.890)	-	(2.890)	-
SalDOS em 31 de dezembro de 2018	(4.200.243)	437.875	(3.762.368)	1.177

(a) Em 1º de janeiro de 2019, a adoção inicial do CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil" (IFRS 16). Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº4.27.1.

15.3. Informações financeiras das controladas

As informações financeiras das controladas estão demonstradas a seguir:

	2019				2018			
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Resultado
GLA	12.094.247	18.594.059	(6.499.812)	215.027	8.029.695	12.229.739	(4.200.044)	(1.168.201)
Smiles	2.884.583	1.679.248	1.205.335	626.725	2.635.128	1.620.898	1.014.230	645.842

16. Imobilizado

16.1. Controladora

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de adiantamento para aquisição de aeronaves era de R\$131.841 correspondente aos pré-pagamentos efetuados com base nos contratos firmados (R\$94.159 em 31 de dezembro de 2018). Adicionalmente, o valor residual dos direitos de posse sobre as aeronaves era de R\$108.538 em 31 de dezembro de 2019 (R\$108.539 em 31 de dezembro de 2018), ambos registrados na controlada GAC.

16.2. Consolidado

		Consolidado					
	Taxa média ponderada (a.a.)	2018	Adoção IFRS 16 (3)	Adições	Baixas (6)	Transferências (5)	2019
Equipamentos de voo							
Custo							
Aeronaves - ROU(1) com opção de compra		673.675	-	-	(13.419)	-	660.256
Aeronaves - ROU sem opção de compra		-	2.821.509	914.532	(161.811)	(12.250)	3.561.980
Peças e motores sobressalentes - próprios		1.583.865	-	191.219	(8.579)	(2.210)	1.764.295
Peças e motores sobressalentes - ROU		-	71.327	39.569	(919)	-	109.977
Benfeitorias em aeronaves e motores		2.443.747	-	887.177	(246.901)	-	3.084.023
Ferramentas		44.121	-	7.599	(553)	2.287	53.454
		4.745.408	2.892.836	2.040.096	(432.182)	(12.173)	9.233.985
Depreciação							
Aeronaves - ROU com opção de compra	5,76%	(222.240)	-	(17.612)	13.419	-	(226.433)
Aeronaves - ROU sem opção de compra	24,90%	-	-	(760.482)	41.105	-	(719.377)
Peças e motores sobressalentes - próprios	7,15%	(590.239)	-	(120.173)	3.638	393	(706.381)
Peças e motores sobressalentes - ROU	33,29%	-	-	(26.745)	-	-	(26.745)
Benfeitorias em aeronaves e motores	40,19%	(1.275.298)	-	(677.092)	234.838	-	(1.717.552)
Ferramentas	10,00%	(21.153)	-	(3.566)	338	(331)	(24.712)
		(2.108.930)	-	(1.605.670)	293.338	62	(3.421.200)
Total líquido - equipamentos de voo		2.636.478	2.892.836	434.426	(138.844)	(12.111)	5.812.785
Imobilizado de uso							
Custo							
Veículos		11.513	-	1.428	(1.260)	-	11.681
Máquinas e equipamentos		59.404	-	4.073	(386)	-	63.091
Móveis e utensílios		30.698	-	2.601	(316)	-	32.983
Computadores e periféricos - próprios		40.813	-	6.510	(1.591)	-	45.732
Computadores e periféricos - ROU		-	20.619	1.373	-	-	21.992
Equipamentos de comunicação		2.692	-	70	(214)	-	2.548
Equipamentos de segurança		856	-	-	-	-	856
Benfeitoria em propriedade de terceiros - CMA (4)		107.637	-	-	-	-	107.637
Benfeitoria em propriedade de terceiros		60.115	-	973	-	10.086	71.174
Imóveis de terceiros - ROU		-	20.801	1.553	-	-	22.354
Obras em andamento		15.443	-	12.549	-	(10.086)	17.906
		329.171	41.420	31.130	(3.767)	-	397.954
Depreciação							
Veículos	20,00%	(9.609)	-	(649)	967	-	(9.291)
Máquinas e equipamentos	10,00%	(41.619)	-	(4.131)	313	-	(45.437)
Móveis e utensílios	10,00%	(18.188)	-	(2.016)	296	-	(19.908)
Computadores e periféricos - próprios	20,00%	(31.314)	-	(3.424)	1.548	-	(33.190)
Computadores e periféricos - ROU	36,59%	-	-	(7.682)	-	-	(7.682)
Equipamentos de comunicação	10,00%	(2.089)	-	(154)	162	-	(2.081)
Equipamentos de segurança	10,00%	(533)	-	(82)	-	-	(615)
Benfeitoria em propriedade de terceiros - CMA	10,43%	(91.395)	-	(11.280)	-	-	(102.675)
Benfeitoria em propriedade de terceiros	22,09%	(29.354)	-	(9.685)	-	-	(39.039)
Imóveis de terceiros -ROU	32,18%	-	-	(7.156)	-	-	(7.156)
		(224.101)	-	(46.259)	3.286	-	(267.074)
Total líquido - imobilizado de uso		105.070	41.420	(15.129)	(481)	-	130.880
Perdas por redução ao valor recuperável (2)							
	-	(48.839)	-	-	7.120	-	(41.719)
Total		2.692.709	2.934.256	419.297	(132.205)	(12.111)	5.901.946
Adiantamento a fornecedores	-	125.348	-	79.343	(48.536)	-	156.155
Total imobilizado		2.818.057	2.934.256	498.640	(180.741)	(12.111)	6.058.101

		Consolidado				
	Taxa média ponderada (a.a.)	2017	Adições	Baixas ⁽⁶⁾	Transferências ⁽⁵⁾	2018
Equipamentos de voo						
Custo						
Aeronaves - ROU ⁽¹⁾ com opção de compra		2.000.866	-	(1.327.191)	-	673.675
Peças e motores sobressalentes - próprios		1.345.161	242.655	(3.951)	-	1.583.865
Benfeitorias em aeronaves e motores		1.807.133	759.483	(122.869)	-	2.443.747
Ferramentas		36.199	8.078	(156)	-	44.121
		5.189.359	1.010.216	(1.454.167)	-	4.745.408
Depreciação						
Aeronaves - ROU com opção de compra	5,76%	(649.430)	(44.578)	471.768	-	(222.240)
Peças e motores sobressalentes - próprios	6,91%	(494.684)	(128.169)	32.610	4	(590.239)
Benfeitorias em aeronaves e motores	30,47%	(941.372)	(441.771)	107.845	-	(1.275.298)
Ferramentas	10,00%	(18.125)	(3.107)	83	(4)	(21.153)
		(2.103.611)	(617.625)	612.306	-	(2.108.930)
Total líquido - equipamentos de voo		3.085.748	392.591	(841.861)	-	2.636.478
Imobilizado de uso						
Custo						
Veículos		10.548	1.177	(212)	-	11.513
Máquinas e equipamentos		57.834	1.958	(388)	-	59.404
Móveis e utensílios		28.148	2.963	(413)	-	30.698
Computadores e periféricos - próprios		39.458	4.406	(3.051)	-	40.813
Equipamentos de comunicação		2.617	86	(11)	-	2.692
Equipamentos de segurança		843	13	-	-	856
Benfeitoria em propriedade de terceiros - CMA ⁽⁴⁾		107.127	436	-	74	107.637
Benfeitoria em propriedade de terceiros		34.645	654	-	24.816	60.115
Obras em andamento		33.503	6.830	-	(24.890)	15.443
		314.723	18.523	(4.075)	-	329.171
Depreciação						
Veículos	20,00%	(9.100)	(612)	103	-	(9.609)
Máquinas e equipamentos	10,00%	(37.792)	(4.189)	362	-	(41.619)
Móveis e utensílios	10,00%	(16.639)	(1.918)	369	-	(18.188)
Computadores e periféricos - próprios	20,00%	(30.464)	(3.870)	3.020	-	(31.314)
Equipamentos de comunicação	10,00%	(1.915)	(181)	7	-	(2.089)
Equipamentos de segurança	10,00%	(437)	(96)	-	-	(533)
Benfeitoria em propriedade de terceiros - CMA	10,43%	(80.209)	(11.186)	-	-	(91.395)
Benfeitoria em propriedade de terceiros	19,06%	(20.792)	(8.562)	-	-	(29.354)
		(197.348)	(30.614)	3.861	-	(224.101)
Total líquido - imobilizado de uso		117.374	(12.090)	(214)	-	105.070
Perdas por redução ao valor recuperável ⁽²⁾	-	(26.076)	(22.763)	-	-	(48.839)
Total		3.177.046	357.738	(842.075)	-	2.692.709
Adiantamento a fornecedores	-	18.720	277.419	(166.762)	(4.029)	125.348
Total imobilizado		3.195.766	635.157	(1.008.837)	(4.029)	2.818.057

(1) ROU - Direito de uso

(2) Saldo referente a perdas por redução ao valor recuperável para itens *rotáveis*, classificados na rubrica de "Peças e motores sobressalentes", constituído pela Companhia de forma que os ativos sejam apresentados pela sua real capacidade de geração de benefício econômico.

(3) Efeitos de adoção do IFRS 16, conforme divulgado na nota explicativa nº 4.27.1.

(4) CMA - Centro de manutenção - Confins/MG

(5) Transferência de outros créditos GAC.

17. Intangível

A composição e a movimentação do ativo intangível está apresentada a seguir:

		Consolidado			
	Taxa média ponderada (a.a.)	2018	Adições	Baixas	2019
Custo					
Ágio	-	542.302	-	-	542.302
Slots	-	1.038.900	-	-	1.038.900
Softwares	-	528.426	75.845	(24.901)	579.370
Outros	-	10.000	-	-	10.000
Total custo		2.119.628	75.845	(24.901)	2.170.572
Amortização					
Softwares	23,93%	(339.995)	(74.053)	24.318	(389.730)
Outros	20,00%	(2.167)	(2.000)	-	(4.167)
Total amortização		(342.162)	(76.053)	24.318	(393.897)
Intangível líquido		1.777.466	(208)	(583)	1.776.675

	Consolidado				
	Taxa média ponderada (a.a.)	2017	Adições	Baixas	2018
Custo					
Ágio	-	542.302	-	-	542.302
Slots	-	1.038.900	-	-	1.038.900
Softwares	-	456.282	82.079	(9.935)	528.426
Outros	-	10.000	-	-	10.000
Total custo		2.047.484	82.079	(9.935)	2.119.628
Amortização					
Softwares	22,09%	(300.032)	(49.898)	9.935	(339.995)
Outros	20,00%	(167)	(2.000)	-	(2.167)
Total amortização		(300.199)	(51.898)	9.935	(342.162)
Intangível líquido		1.747.285	30.181	-	1.777.466

Os saldos de ágio e dos slots foram submetidos a teste de recuperabilidade em 31 de dezembro de 2019 e 2018 por meio do fluxo de caixa descontado para cada unidade geradora de caixa, dando origem ao valor em uso.

Para fins de avaliação do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - “UGC”). Para a determinação do valor contábil de cada UGC, a Companhia considera não somente os intangíveis registrados, bem como todos os ativos tangíveis necessários para a condução dos negócios, pois é apenas por meio da utilização deste conjunto que a Companhia obterá geração de benefício econômico.

A Companhia realiza a alocação do ágio em duas unidades geradoras de caixa: GLA e Smiles, e os direitos de operação em aeroportos são integralmente alocados à unidade geradora de caixa GLA, conforme apresentado a seguir:

	Goodwill GLA	Goodwill Smiles	Direitos de operação em aeroportos
31 de dezembro de 2019			
Valor contábil	325.381	216.921	1.038.900
Valor contábil - UGC	3.615.949	161.669	3.615.949
Valor em uso	26.543.428	6.061.994	21.373.789
Taxa de desconto	12,20%	12,07%	12,85%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,55%	3,55%	3,53%
31 de dezembro de 2018			
Valor contábil	325.381	216.921	1.038.900
Valor contábil - UGC	(275.500)	602,740	1.038.900
Valor em uso	23.058.697	7.005.622	15.158.551
Taxa de desconto	14,91%	16,95%	13,94%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,50%	3,50%	3,50%

Os resultados obtidos foram comparados com o valor contábil de cada unidade geradora de caixa e, como resultado, a Companhia não reconheceu perdas em relação ao valor recuperável de suas UGCs.

As premissas adotadas nos testes de redução ao valor recuperável dos intangíveis estão de acordo com as projeções internas para o período de cinco anos. Para o período após cinco anos aplica-se a extrapolação utilizando uma taxa de crescimento de perpetuidade. O fluxo de caixa descontado que determinou o valor em uso das unidades geradoras de caixa foi preparado de acordo com o plano de negócios da Companhia e aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia.

As principais premissas consideradas pela Companhia para a determinação do valor em uso das unidades geradoras de caixa são:

- Capacidade e frota: considera a utilização, a capacidade da aeronave utilizada em cada trecho e a projeção de tamanho da frota em operação.
- Demanda: a eficiência de mercado é o principal input para a projeção de crescimento da demanda da Companhia. A Administração considera que a eficiência de mercado é a razão entre sua participação no mercado (*market share*) e sua participação na oferta (*seat share*). Este indicador reflete o quão eficientemente a companhia emprega a sua participação na oferta total do mercado em função de sua captura de demanda por transporte aéreo.
- Receita por passageiro: considera o preço médio praticado pela GLA e considera efeitos de variáveis de mercado (vide variáveis utilizadas abaixo).
- Custos operacionais associados ao negócio: baseados em seu custo histórico e atualizados por indicadores, como inflação, relação com a oferta, demanda e variação da moeda norte-americana.

A Companhia também considerou variáveis de mercado tais como PIB (fonte: Banco Central do Brasil), dólar norte-americano (fonte: Banco Central do Brasil), barril de querosene (fonte: Agência Nacional de Petróleo Brasileira - "ANP") e taxa de juros (fonte: Bloomberg).



18. Empréstimos e financiamentos

A composição e a movimentação dos empréstimos e financiamentos estão apresentadas a seguir:

Controladora															
2018													2019		
Vencimento	Taxa de juros a.a	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Ganho e perda não realizado do ESN (*)	Pagamento de principal	Juros incorridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortizações de custos		Circulante	Não circulante	Total
Em US\$:															
Term Loan (a)	08/2020	6,70%	25.255	1.147.196	1.172.451	-	-	-	76.927	(76.612)	47.688	9.146	1.229.600	-	1.229.600
Bônus Sênior IV (b)	01/2022	9,10%	13.640	352.205	365.845	-	-	(50.320)	27.762	(28.013)	9.050	1.045	12.102	313.267	325.369
ESN ^(c) (c)	07/2024	3,75%	-	-	-	1.638.011	(40.717)	-	93.826	(14.748)	104.231	2.366	29.443	1.753.526	1.782.969
Bônus Sênior VIII (d)	01/2025	7,09%	72.658	2.439.492	2.512.150	-	-	-	177.539	(166.894)	92.708	8.556	75.587	2.548.472	2.624.059
Bônus Perpétuos (e)	-	8,75%	12.320	596.336	608.656	-	-	-	53.128	(44.557)	15.916	-	12.815	620.328	633.143
Total			123.873	4.535.229	4.659.102	1.638.011	(40.717)	(50.320)	429.182	(330.824)	269.593	21.113	1.359.547	5.235.593	6.595.140

(*) *Exchangeable Senior Notes*.

(a) Emissão de *Term Loan* pela controlada Gol Finance em 31 de agosto de 2016 para o financiamento de aquisição de aeronaves e financiamentos bancários, com garantia fidejussória da Delta Airlines

(b) Emissão do Bônus Sênior IV pela controlada Gol Finance em 24 de setembro de 2014, com a finalidade de financiar a recompra parcial dos Bônus Sênior I e II.

(c) Emissão do *Exchangeable Senior Notes* ("ESN") pela controlada Gol Finance em março, abril e julho de 2019, no montante total de US\$425 milhões com vencimento em 2024, sobre os quais incidirão juros nominais de 3,75% a.a..

(d) Emissões do Bônus Sênior VIII pela controlada Gol Finance em 11 de dezembro de 2017 e em 2 de fevereiro de 2018, para recompra de Bônus Sênior e propósitos gerais da Companhia.

(e) Emissão do Bônus Perpétuos pela controlada Gol Finance em 5 de abril de 2006 para financiamentos de aquisição de aeronaves.



			Consolidado												
			2018				2019								
	Venci- mento	Taxa efetiva de juros a.a.	Circulante	Não circulante	Total	Captações	Resultado não realizado do ESN (*)	Pagamento de principal	Juros incor- ridos	Juros pagos	Variação cambial	Amortizações de custos	Circulante	Não circulante	Total
Em R\$:															
Debêntures VII (a)	09/2021	120% da taxa DI	288.991	577.981	866.972	-	-	(295.834)	52.596	(52.475)	-	7.466	289.423	289.302	578.725
Em US\$:															
Term Loan (b)	08/2020	6,70%	25.255	1.147.196	1.172.451	-	-	-	76.927	(76.612)	47.688	9.146	1.229.600	-	1.229.600
Financiamento de importação (c)	11/2020	5,32%	503.869	-	503.869	164.234	-	(27.399)	33.666	(33.743)	23.352	-	663.979	-	663.979
Bônus Sênior IV (d)	01/2022	9,24%	13.640	352.205	365.845	-	-	(50.320)	27.762	(28.013)	9.050	1.045	12.102	313.267	325.369
ESN (*) (e)	07/2024	3,75%	-	-	-	1.638.011	(40.717)	-	93.826	(14.748)	104.231	2.366	29.443	1.753.526	1.782.969
Linha de crédito - manutenção de motores (f)	09/2024	2,75%	173.422	189.888	363.310	500.199	-	(403.039)	14.160	(15.570)	7.578	9.204	198.363	277.479	475.842
Bônus Sênior VIII (g)	01/2025	7,09%	72.658	2.439.492	2.512.150	-	-	-	177.539	(166.894)	92.708	8.556	75.587	2.548.472	2.624.059
Empréstimo com garantia de motores (h)	12/2026	5,16%	13.051	120.557	133.608	56.452	-	(16.945)	11.398	(11.394)	9.285	144	31.727	150.821	182.548
Bônus Perpétuos (i)	-	8,75%	12.320	513.282	525.602	-	-	-	45.880	(44.557)	19.825	-	12.815	533.935	546.750
Total			1.103.206	5.340.601	6.443.807	2.358.896	(40.717)	(793.537)	533.754	(444.006)	313.717	37.927	2.543.039	5.866.802	8.409.841

O total de empréstimos e financiamentos consolidados em 31 de dezembro de 2019 incluem custos de captação de R\$143.119 (R\$83.684 em 31 de dezembro de 2018) que são amortizados ao longo da vigência dos respectivos empréstimos e financiamentos.

18.1. Novas captações de empréstimos e financiamentos realizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019

18.1.1. Exchangeable Senior Notes ("ESN")

A Companhia por meio da GOL *Equity Finance* ("emissora"), uma sociedade de propósito específico constituída de acordo com as leis de Luxemburgo, emitiu *Exchangeable Senior Notes* ("ESN"), com vencimento em 2024, sobre os quais incidirão juros nominais de 3,75% a.a., a serem pagos semestralmente. Tal operação foi garantida pela Companhia e pela controlada GLA.

Os detentores dos títulos terão o direito de permutá-los por *American Depositary Shares* ("ADSs") onde cada uma representando duas ações preferenciais da GOL. A taxa inicial de permuta dos títulos é de 49,3827 ADSs por US\$1mil do valor principal dos títulos o que equivale a um preço inicial de permuta de aproximadamente US\$20,25 por ADS e representa um prêmio de permuta de aproximadamente 35% acima do preço da oferta pública inicial das ADSs vendidas na oferta simultânea de ADSs descrita abaixo, que foi US\$15,00 por ADS. A taxa de permuta dos títulos está sujeita a ajuste no momento de ocorrência de determinados eventos.

A liquidação dos títulos poderá ser efetuada em dinheiro, ADSs ou por meio da combinação de ambos.

As captações efetuadas no âmbito dessa operação durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estão apresentadas a seguir:

Valores em US\$ mil						
Data	Emissão nominal	Ágio	Custo atribuído ao componente dívida	Custo atribuído ao componente derivativo	Capped Call	Captação Líquida
26/03/2019	300.000	-	(12.179)	(6.533)	(26.190)	255.098
17/04/2019	45.000	-	(3.862)	(1.463)	(3.929)	35.746
17/07/2019	80.000	16.000	(2.123)	(2.247)	(9.680)	81.950
	425.000	16.000	(18.164)	(10.243)	(39.799)	372.794

Valores em R\$						
Data	Emissão nominal	Ágio	Custo atribuído ao componente dívida	Custo atribuído ao componente derivativo	Capped Call	Captação Líquida
26/03/2019	1.169.010	-	(47.067)	(25.248)	(101.214)	995.481
17/04/2019	177.539	-	(14.870)	(5.760)	(15.499)	141.410
17/07/2019	301.192	60.194	(7.987)	(8.453)	(36.444)	308.502
	1.647.741	60.194	(69.924)	(39.461)	(153.157)	1.445.393

Adicionalmente, a emissora realizou operações privadas de derivativos ("*Capped call*") com alguns dos subscritores dos títulos e/ou outras instituições financeiras ("contrapartes"), com as quais se espera, de forma geral, reduzir a potencial diluição das ações preferenciais e das ADSs da GOL diante da permuta de quaisquer títulos e/ou compensar quaisquer pagamentos em dinheiro exigidos da emissora que superem o valor principal dos títulos permutados, conforme o caso, sendo que tal redução ou compensação estará sujeita a um limite baseado no preço máximo. O preço máximo das operações privadas da *capped call* será de aproximadamente US\$27,75 por ADS (o que representa um prêmio de aproximadamente 85% acima do preço da oferta pública inicial dos ADSs vendidos na oferta simultânea de ADSs).

A *capped call* está registrada na rubrica de “Direitos com operações de derivativos”. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº34.3.4.

Em 31 de dezembro de 2019, a parcela correspondente a opção de conversão dos títulos em ações a valor de mercado corresponde a R\$626.557 e está apresentada em conjunto com o saldo do ESN, vide nota explicativa 34.2.

A Companhia usará os recursos obtidos com a emissão dos títulos para pagar os custos de transações vinculadas à emissão, incluindo custos com operações de derivativos e para o financiamento de suas operações.

18.1.2. Financiamentos de importação

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, captou recursos e renegociou vencimentos de contratos desta modalidade, com a colocação de notas promissórias como garantia das operações. Tais operações fazem parte de uma linha de crédito que a GLA mantém para financiamento de importações, com o objetivo de manutenção de motores, compra de peças de reposição e equipamentos aeronáuticos. As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir:

Data da operação	Montante		Taxa de juros (a.a.)
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	
Novas captações			
24/01/2019	6.454	24.409	6,57%
04/02/2019	5.924	21.777	6,52%
21/02/2019	7.069	26.576	6,46%
18/04/2019	7.045	27.737	4,98%
05/07/2019	4.334	16.560	5,93%
20/08/2019	3.396	13.729	4,37%
19/11/2019	7.172	30.466	4,46%
18/12/2019	735	2.980	5,74%
	42.129	164.234	

18.1.3. Linha de crédito - manutenção de motores

Durante exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a controlada GLA obteve novas linhas de financiamento por meio da emissão de *Guaranteed Notes* (“Notas Garantidas”) para a realização de serviços de manutenção de motores junto à oficina da Delta Air Lines. As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir:

Data da operação	Montante		Custos		Taxa de juros (a.a.)
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)	
15/02/2019	10.219	37.969	319	1.185	Libor 3m+0,75% a.a.
10/05/2019	10.219	40.444	289	1.143	Libor 3m+0,70% a.a.
30/08/2019	25.722	106.659	922	3.818	Libor 3m+0,60% a.a.
07/10/2019	54.784	226.724	340	1.408	Libor 3m+2,25% a.a.
06/12/2019	24.525	98.852	718	2.895	Libor 3m+0,55% a.a.
	125.469	510.648	2.588	10.449	

18.1.4. Empréstimo com garantia de motores

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, realizou captações de financiamentos com garantia de motores próprio da Companhia. As informações acerca de tais financiamentos estão apresentadas a seguir:

Data da operação	Principal		Custos		Taxa de juros (a.a.)
	(US\$ mil)	(R\$ mil)	(US\$ mil)	(R\$ mil)	
22/01/2019	11.700	43.129	154	580	Libor 3m+0,75% a.a.
24/04/2019	1.161	4.603	-	-	Libor 1m+3,25% a.a.
13/06/2019	1.161	4.463	-	-	Libor 1m+3,25% a.a.
30/09/2019	1.161	4.837	-	-	Libor 1m+3,25% a.a.
	15.183	57.032	154	580	

18.1.5. Empréstimos e financiamentos - não circulante

Em 31 de dezembro de 2019, os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante estão apresentados a seguir:

	2021	2022	2023	2024	Após 2024	Sem vencimento	Total
Controladora							
Em US\$:							
Bônus Sênior IV	-	313.267	-	-	-	-	313.267
ESN	-	-	-	1.753.526	-	-	1.753.526
Bônus Sênior VIII	-	-	-	-	2.548.472	-	2.548.472
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	620.328	620.328
Total	-	313.267	-	1.753.526	2.548.472	620.328	5.235.593
Consolidado							
Em R\$:							
Debêntures VII	289.302	-	-	-	-	-	289.302
Em US\$:							
Linha de crédito - manutenção de motores	95.574	17.747	17.747	146.411	-	-	277.479
Bônus Sênior IV	-	313.267	-	-	-	-	313.267
ESN	-	-	-	1.753.526	-	-	1.753.526
Bônus Sênior VIII	-	-	-	-	2.548.472	-	2.548.472
Empréstimo com garantia de motores	18.377	19.052	19.769	20.522	73.101	-	150.821
Bônus Perpétuos	-	-	-	-	-	533.935	533.935
Total	403.253	350.066	37.516	1.920.459	2.621.573	533.935	5.866.802

Os valores justos dos empréstimos, em 31 de dezembro de 2019, são conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Bônus Sênior e Perpétuos	3.582.571	3.746.016	3.496.178	3.746.016
Term Loan	1.229.600	1.235.697	1.229.600	1.235.697
ESN	1.782.969	2.021.414	1.782.969	2.021.414
Debêntures	-	-	578.725	591.666
Demais empréstimos	-	-	1.322.369	1.322.369
Total	6.595.140	7.003.127	8.409.841	8.917.162

18.2. Condições contratuais restritivas

A Companhia possui cláusulas restritivas (*covenants*) no *Term Loan* e nas Debêntures VII.

No *Term Loan*, a Companhia é obrigada a realizar depósitos em função do atingimento de limites contratuais da dívida vinculada em dólar. Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui depósitos em garantia vinculados aos limites contratuais do *Term Loan*.

Nas Debêntures VII, foram medidos: (i) dívida líquida / resultado antes dos juros, impostos, depreciação, amortização e as despesas com arrendamento (“EBITDAR”), e (ii) índice de cobertura de dívida (“ICSD”), e encontram-se dentro dos padrões exigidos contratualmente. A obrigatoriedade de mensuração de tais indicadores conforme a escritura de emissão é semestral. Sendo que a próxima medição ocorrerá ao final do primeiro semestre de 2020.

19. Arrendamentos a pagar

		Consolidado															
		2018												2019			
	Taxa média ponderada (a.a.)	Circulante	Não circulante	Total	Adoção IFRS 16 ⁽¹⁾	Adições	Baixas	Alteração contratual	Pagamentos	Pagamento (Depósito em garantia)	Pagamento (Reserva de manutenção)	Juros incorridos	Pagamento de juros	Variação cambial	Circulante	Não circulante	Total
Em R\$:																	
Arrendamentos sem opção de compra	12,92%	-	-	-	49.975	2.925	-	-	(18.085)	-	-	9.992	-	-	21.781	23.026	44.807
Total		-	-	-	49.975	2.925	-	-	(18.085)	-	-	9.992	-	-	21.781	23.026	44.807
Em US\$:																	
Arrendamentos com opção de compra	3,75%	120.118	520.542	640.660	-	-	137	-	(113.362)	-	-	22.931	(23.304)	21.768	128.936	419.894	548.830
Arrendamentos sem opção de compra	8,55%	-	-	-	5.540.621	954.101	(7.676)	(275.921)	(1.437.957)	(476)	(6.498)	469.621	-	223.328	1.253.995	4.205.148	5.459.143
Arrendamentos outros	-	135.799	135.686	271.485	(219.728)	-	-	-	(48.273)	-	-	-	-	(3.484)	-	-	-
Total		255.917	656.228	912.145	5.320.893	954.101	(7.539)	(275.921)	(1.599.592)	(476)	(6.498)	492.552	(23.304)	241.612	1.382.931	4.625.042	6.007.973
Total arrendamentos		255.917	656.228	912.145	5.370.868	957.026	(7.539)	(275.921)	(1.617.677)	(476)	(6.498)	502.544	(23.304)	241.612	1.404.712	4.648.068	6.052.780

(1) Efeitos da adoção do CPC 06 (R2) - "Operações de Arrendamento Mercantil" (IFRS 16), conforme divulgado na nota explicativa nº 4.27.1.

Os pagamentos futuros de contraprestações dos contratos de arrendamento mercantil financeiro estão detalhados a seguir:

	Sem opção de compra	Com opção de compra	
	2019	2019	2018
2019	-	-	140.307
2020	1.691.357	148.613	140.080
2021	1.324.403	148.744	139.852
2022	1.125.060	207.654	139.624
2023	904.627	72.801	69.985
2024 em diante	1.938.987	16.830	65.776
Total de pagamentos mínimos de arrendamento	6.984.434	594.642	695.624
Menos total de juros	(1.480.484)	(45.812)	(54.964)
Valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamentos	5.503.950	548.830	640.660
Menos parcela do circulante	(1.275.776)	(128.936)	(120.118)
Parcela do não circulante	4.228.174	419.894	520.542

A taxa de desconto utilizada para cálculo a valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento é de 8,15% em 31 de dezembro de 2019 e 1° de janeiro de 2019.

Não existem diferenças significativas entre o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento e o valor de mercado destes passivos de arrendamento.

19.1. Transações de *sale-leaseback*

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia apurou no consolidado um ganho líquido de R\$7.924 decorrente de transações de *sale-leaseback* de 1 aeronave reconhecido no resultado na rubrica de “Transações de *sale-leaseback*” (nota 30).

20. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Moeda nacional	15.952	888	833.781	826.641
Moeda estrangeira	3.164	9.877	462.636	697.311
Total	19.116	10.765	1.296.417	1.523.952
Circulante	19.116	10.765	1.286.275	1.403.815
Não circulante	-	-	10.142	120.137

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo a ser pago às empresas ligadas registrado na rubrica de fornecedores no consolidado era de R\$1.822 (R\$1.107 em 31 de dezembro de 2018), e refere-se substancialmente a transações junto à Viação Piracicabana Ltda.

21. Fornecedores - Risco sacado

A Companhia possui operações que possibilitam aos fornecedores anteciparem os seus recebíveis com instituição financeira. Em 31 de dezembro de 2019, o montante registrado no passivo circulante decorrente das operações de risco sacado era de R\$554.467 (R\$365.696 em 31 de dezembro de 2018).

22. Impostos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
PIS e COFINS	2.278	947	39.133	43.237
Parcelamento - PRT e PERT	-	15.588	2.117	23.858
IRRF sobre salários	32	133	54.649	34.883
ICMS	-	-	424	46.952
IRPJ e CSLL a recolher	1.951	-	9.496	8.991
Outros	-	70	10.788	8.440
Total	4.261	16.738	116.607	166.361
Circulante	4.261	8.944	116.523	111.702
Não circulante	-	7.794	84	54.659

23. Transportes a executar

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo de transportes a executar classificado no passivo circulante era de R\$1.966.148 (R\$1.673.987 em 31 de dezembro de 2018) e está representado por 6.239.179 cupons de bilhetes vendidos e ainda não utilizados (5.804.941 em 31 de dezembro de 2018) com prazo médio de utilização de 59 dias (57 dias em 31 de dezembro de 2018).

Os saldos de transportes a executar são apresentados líquidos do *breakage* R\$415.688 em 31 de dezembro de 2019 (R\$359.123 em 31 de dezembro de 2018).

24. Provisões

	Consolidado			
	Provisões Benefício pós-emprego	Provisões para devolução de aeronaves e motores (a)	Processos judiciais (b)	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	-	652.134	247.460	899.594
Passivo atuarial no início do exercício	46.496	-	-	46.496
Provisões adicionais reconhecidas	45.952	357.206	195.465	598.623
Provisões realizadas	-	(166.287)	(151.304)	(317.591)
Ajuste a valor presente	4.312	-	-	4.312
Variação cambial	-	26.025	(403)	25.622
Saldos em 31 de dezembro de 2019	96.760	869.078	291.218	1.257.056
Em 31 de dezembro de 2019				
Circulante	-	203.816	-	203.816
Não circulante	96.760	665.262	291.218	1.053.240
Total	96.760	869.078	291.218	1.257.056
Em 31 de dezembro de 2018				
Circulante	-	70.396	-	70.396
Não circulante	-	581.738	247.460	829.198
Total	-	652.134	247.460	899.594

(a) As provisões adicionais reconhecidas para devolução de aeronaves e motores também incluem efeitos de ajuste a valor presente.

(b) As provisões realizadas consideram baixas por reavaliação de estimativa e processos liquidados.

24.1. Provisões para benefício pós-emprego

A Companhia oferece a seus colaboradores plano de assistência médica que em decorrência da observação da legislação vigente gera obrigação de benefício pós-emprego.

As movimentações dos ativos e passivos atuariais relacionados ao benefício pós-emprego, preparadas com base em laudo atuarial, estão apresentadas a seguir:

	Consolidado
	2019
Passivo atuarial no início do exercício	46.496
Custo do serviço corrente reconhecido no resultado	4.910
Custo dos juros reconhecido no resultado	4.311
Contribuições da patrocinadora	(2)
Efeito da alteração de premissas financeiras (redução da taxa de desconto)	34.305
Efeito da experiência do plano	6.740
Passivo atuarial no final do exercício	96.760
Premissas atuariais	
Média Ponderada das premissas para determinar a obrigação de benefício definido	
Taxa nominal de desconto	7,23%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	3,50%
HCCTR - Taxa de Inflação Médica	6,86%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%
Média ponderada de premissas para determinar o custo (receita) do benefício definido	
Taxa nominal de desconto	9,93%
Taxa de inflação estimada no longo prazo	4,00%
HCCTR - Taxa de Inflação Médica	7,38%
Tábua de mortalidade	AT-2000 suavizada em 10%

24.2. Provisões para devolução de aeronaves e motores

Tais provisões consideram os custos que atendem as condições contratuais de devolução de motores mantidos sob arrendamento operacional, bem como para os custos a incorrer de reconfiguração de aeronaves, quando da sua devolução, conforme condições estabelecidas nos contratos de arrendamento. A contrapartida é capitalizada no imobilizado, na rubrica de “Benfeitorias em aeronaves e motores”.

24.3. Processos judiciais

A Companhia e suas controladas estão envolvidas em determinados assuntos legais oriundos do curso normal de seus negócios, que incluem processos cíveis, administrativos, tributários, previdenciários e trabalhistas.

A Companhia classifica os riscos de perda nos processos legais como prováveis, possíveis, ou remotos. A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus assessores jurídicos, e refletem razoavelmente as perdas prováveis estimadas.

Caso a Companhia possua demandas judiciais cujos valores não são conhecidos ou razoavelmente estimáveis, mas a probabilidade de perda seja provável, estes não serão registrados, mas sua natureza será divulgada.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com a Deliberação CVM nº 594/09, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos administrativos e judiciais, conforme apresentado a seguir:

	Consolidado			
	Perda provável		Perda possível	
	2019	2018	2019	2018
Cíveis	78.119	64.005	62.473	61.942
Trabalhistas	210.699	181.556	237.253	183.506
Tributários	2.400	1.899	586.812	548.136
Total	291.218	247.460	886.538	793.584

As provisões são revisadas com base na evolução dos processos e no histórico de perdas através da melhor estimativa corrente para as causas cíveis e trabalhistas.

Os processos de natureza tributária apresentadas abaixo foram avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo relevantes e de risco possível em 31 de dezembro de 2019:

- A GLA discute a não incidência do adicional de alíquota de 1% de COFINS sobre importações de aeronaves, partes e peças, no montante de R\$82.301 (R\$65.679 em 31 de dezembro de 2018). A classificação de risco possível decorre do fato de que não houve revogação expressa da desoneração fiscal (alíquota zero) concedida às empresas regulares de transporte aéreo.
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS), montante de R\$24.809 (R\$22.927 em 31 de dezembro de 2018) decorrentes de Autos de Infração lavrados pela Prefeitura do Município de São Paulo contra a Companhia, no período de Janeiro de 2007 a Dezembro de 2010, referente a uma possível incidência de ISS sobre contratos celebrados com parceiros. A classificação de risco possível decorre do fato de que as matérias em discussão são interpretativas, além de envolverem discussões de matérias fático-probatórias, bem como não havendo posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Multa aduaneira no montante de R\$64.923 (R\$49.078 em 31 de dezembro de 2018) referentes aos Autos de Infração lavrados contra a Companhia por suposto descumprimento de normas aduaneiras referentes a processos de importação temporária de aeronaves. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores sobre a matéria.
- Ágio BSSF Air Holdings (“BSSF”), no montante de R\$110.741 (R\$107.579 em 31 de dezembro de 2018) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Ágio GLA (decorrente da aquisição da antiga VRG) no montante de R\$86.998 (R\$83.704 em 31 de dezembro de 2018) decorrentes de Auto de Infração lavrado em função da dedutibilidade de ágio alocado como rentabilidade futura. A classificação de risco possível decorre do fato de não haver posicionamento final dos Tribunais Superiores.
- Em maio de 2018, a controlada Smiles recebeu um Auto de Infração relativo aos anos de 2014 e 2015, lavrado em função: (i) da dedutibilidade do ágio alocado como rentabilidade futura após o processo de incorporação da GA Smiles pela Smiles S.A. em 31 de dezembro de 2013 e (ii) da dedutibilidade das despesas financeiras das debêntures emitidas em junho de 2014. O montante no valor de R\$123.495 em 31 de dezembro de 2019 (R\$118.119 em 31 de dezembro de 2018) foi avaliado pela Administração e pelos assessores jurídicos como de provável aceite pelas autoridades fiscais, uma vez que há argumentos de defesa em sede de recurso administrativo.

Existem outros processos de natureza tributária avaliados pela Administração e pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante estimado de R\$93.545 (R\$101.050 em 31 de dezembro de 2018) que somados com os processos acima totalizam o montante de R\$586.812 em 31 de dezembro de 2019 (R\$548.136 em 31 de dezembro de 2018).

25. Patrimônio líquido

25.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e totalmente integralizado pelos acionistas era de R\$3.163.796, correspondente a 3.137.364.724 ações, sendo 2.863.682.710 ações ordinárias e 273.682.014 ações preferenciais. Em 31 de dezembro de 2018 o valor do capital social era de R\$3.098.230, representado por 3.131.226.450 ações, sendo 2.863.682.710 ações ordinárias e 267.543.740 ações preferenciais.

O custo com emissão de ações em 31 de dezembro de 2019 e 2018 corresponde a R\$155.618.

Em 20 de dezembro de 2018, o fundo Volluto, controlador da Companhia promoveu uma cisão parcial de seu patrimônio líquido, e como consequência verteu a totalidade de suas ações preferencias de sua titularidade para o MOBI Fundo de Investimento em Ações, o qual por sua vez pertence aos mesmos titulares do fundo Volluto observando-se também a mesma proporção de participação.

A composição acionária é como segue:

	2019			2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Fundo Volluto	100,00%	-	23,00%	100,00%	-	23,42%
Mobi FIA	-	37,59%	28,94%	-	48,85%	37,41%
Delta Air Lines, Inc.	-	-	-	-	12,29%	9,41%
Airfrance - KLM	-	1,55%	1,19%	-	1,58%	1,21%
Outros	-	2,23%	1,73%	-	1,03%	0,79%
Mercado	-	58,63%	45,14%	-	36,25%	27,76%
Total	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

O capital social autorizado em 31 de dezembro de 2019 é de R\$6 bilhões. Dentro do limite autorizado, a Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital social independentemente de reforma estatutária, mediante a emissão de ações, sem guardar proporção entre as diferentes espécies de ações. Nos termos da Lei, nos casos de aumento de capital dentro do limite autorizado, o Conselho de Administração fixará as condições da emissão, inclusive preço e prazo de integralização.

O Conselho de Administração da Companhia aprovou aumentos de capital ao longo do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 por meio da subscrição de ações em decorrência de exercícios de opção de ações em: (i) 27 de fevereiro de 2019, no montante de R\$4.589 através da subscrição de 521.528 ações preferenciais; e em (ii) 26 de abril de 2019, no montante de R\$512 em razão da subscrição de 140.896 ações preferenciais; (iii) 31 de julho de 2019, no montante de R\$300 em razão da subscrição de 84.477 ações preferenciais; (i) 30 de outubro de 2019, no montante de R\$60.165, em razão da subscrição de 5.391.373 ações preferenciais.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantinha o saldo de ações a emitir no montante

de R\$584 em razão da subscrição de 186.109 ações preferenciais por meio do exercício de opção de ações, sendo que o aumento de capital social será levado para análise e aprovação do Conselho de Administração.

25.2. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possuía 3.006.390 ações em tesouraria, totalizando R\$102.543 (6.390 ações no valor de R\$126 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019, o valor médio de mercado das ações em tesouraria era de R\$33,84.

26. Resultado por ação

Embora existam diferenças entre as ações ordinárias e as preferenciais quanto ao direito de voto e preferência em caso de liquidação, as ações preferenciais da Companhia não concedem o direito de recebimento de dividendos fixos. As ações preferenciais possuem poder econômico e o direito de recebimento de dividendos 35 vezes maior do que as ações ordinárias. Dessa forma, a Companhia considera que o poder econômico das ações preferenciais é superior às ações ordinárias. Sendo assim, o resultado do período atribuído aos acionistas controladores é alocado de forma proporcional em relação à participação econômica total do montante de ações ordinárias e preferenciais.

O resultado básico por ação é calculado através da divisão do resultado líquido do período atribuído aos acionistas controladores da Companhia pela quantidade média ponderada de todas as classes de ações em circulação durante o período.

O resultado diluído por ação é calculado mediante ao ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações. A Companhia possui apenas uma categoria de ações potencialmente dilutivas (opção de compra de ações), conforme descrito na nota explicativa nº27. No entanto, em razão dos prejuízos apurados no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estes instrumentos emitidos pela controladora possuem efeito não dilutivo e, portanto, não foram considerados na quantidade total de ações em circulação para determinação do prejuízo diluído por ação.

	Controladora e Consolidado					
	2019			2018		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Numerador						
Lucro (prejuízo) líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	(27.269)	(90.004)	(117.273)	(254.828)	(830.565)	(1.085.393)
Denominador						
Média ponderada de ações em circulação (em milhares)	2.863.683	270.053		2.863.683	266.676	
Média ponderada ajustada de ações em circulação e conversões presumidas diluídas (em milhares)	2.863.683	270.053		2.863.683	266.676	
Lucro (prejuízo) básico por ação	(0,010)	(0,333)		(0,089)	(3,115)	
Lucro (prejuízo) diluído por ação	(0,010)	(0,333)		(0,089)	(3,115)	

27. Remuneração baseada em ações

A Companhia possui dois planos de remuneração adicional a seus administradores: o Plano de opção de compra de ações (“Plano de opções”) e o Plano de ações restritas, ambos visam estimular e promover o alinhamento dos objetivos da Companhia, dos administradores e dos empregados, e mitigar os riscos na geração de valor da Companhia pela perda de seus executivos, fortalecendo o comprometimento e a produtividade desses nos resultados de longo prazo.

27.1. Plano de opção de compras - GOL

Os beneficiários das opções de ações poderão adquirir as ações pelo preço estabelecido na data da outorga após o período de 3 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período.

As opções tornam-se exercíveis à taxa de 20% no primeiro ano, 30% adicionais no segundo e 50% remanescentes no terceiro ano. Em todos os casos, as opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. Em todos os planos de opções, a volatilidade esperada baseia-se na volatilidade histórica dos 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas na B3.

Ano da opção	Data da aprovação	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço de exercício da opção (em Reais)	Valor justo médio na data da concessão (em Reais)	Volatilidade estimada do preço da opção	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Maturidade remanescente média em anos
(a) 2010	02/02/2010	2.774.640	245.007	20,65	16,81	77,95%	2,73%	8,65%	0,1
2011	20/12/2010	2.722.444	484.009	27,83	16,07 (b)	44,55%	0,47%	10,25%	0,8
2012	19/10/2012	778.912	205.716	12,81	5,32 (c)	52,25%	2,26%	9,00%	2,7
2013	13/05/2013	802.296	220.413	12,76	6,54 (d)	46,91%	2,00%	7,50%	3,3
2014	12/08/2014	653.130	197.661	11,31	7,98 (e)	52,66%	3,27%	11,00%	4,5
2015	11/08/2015	1.930.844	601.793	9,35	3,37 (f)	55,57%	5,06%	13,25%	5,5
2016	30/06/2016	5.742.732	3.172.111	2,62	1,24 (g)	98,20%	6,59%	14,25%	6,4
2017	08/08/2017	947.767	548.604	8,44	7,91 (h)	80,62%	1,17%	11,25%	7,6
2018	24/05/2018	718.764	478.935	20,18	12,68 (i)	55,58%	0,60%	6,50%	8,4
2019	11/12/2019	1.749.223	1.506.606	25,40	12,10 (j)	61,98%	3,17%	9,00%	9,3
Total	31/12/2019	18.820.752	7.660.855						

- (a) Em abril de 2010 foi aprovada outorga complementar de 101.894 ações, referente ao plano de 2010.
(b) Valor justo calculado pela média dos valores R\$16,92, R\$16,11 e R\$15,17 para os respectivos períodos de *vesting* (2011, 2012 e 2013).
(c) Valor justo calculado pela média dos valores R\$6,04, R\$5,35 e R\$4,56 para os respectivos períodos de *vesting* (2012, 2013 e 2014).
(d) Valor justo calculado pela média dos valores R\$7,34, R\$6,58 e R\$5,71 para os respectivos períodos de *vesting* (2013, 2014 e 2015).
(e) Valor justo calculado pela média dos valores R\$8,20, R\$7,89 e R\$7,85 para os respectivos períodos de *vesting* (2014, 2015 e 2016).
(f) Valor justo calculado pela média dos valores R\$3,61, R\$3,30 e R\$3,19 para os respectivos períodos de *vesting* (2015, 2016 e 2017).
(g) Em 27 de julho de 2016 foi realizada a outorga de 900.000 ações em complemento ao plano de 2016. O valor justo foi calculado pela média dos valores R\$1,29, R\$1,21 e R\$1,22 para os respectivos períodos de *vesting* (2017, 2018 e 2019).
(h) Valor justo calculado pela média dos valores R\$8,12, R\$7,88 e R\$7,72 para os respectivos períodos de *vesting* (2017, 2018 e 2019).
(i) Valor justo calculado pela média dos valores R\$13,26, R\$12,67 e R\$12,11 para os respectivos períodos de *vesting* (2018, 2019 e 2020).
(j) Valor justo calculado pela média dos valores R\$12,90, R\$12,32 e R\$11,65 para os respectivos períodos de *vesting* (2019, 2020 e 2021).

O valor da ação da Companhia negociada na B3 em 31 de dezembro de 2019 era de R\$36,80 (R\$25,10 em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de exercício
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2018	7.820.512	9,19
Opções concedidas	2.732.163	25,40
Conversão de ações restritas em opções de compra	3.372.183	2,62
Opções exercidas	(5.804.249)	5,23
Opções canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	(459.754)	27,54
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2019	7.660.855	7,11

Quantidade de opções exercíveis em:

31 de dezembro de 2018	7.065.174	8,01
31 de dezembro de 2019	5.939.631	8,42

A despesa reconhecida no resultado do exercício correspondente aos planos de opções de ações foi de R\$40.735 (R\$7.476 em 2018).

27.2. Plano de ações restritas - GOL

O Plano de ações restritas da Companhia foi aprovado em 19 de outubro de 2012 na Assembleia Geral Extraordinária, e as primeiras outorgas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração em 13 de novembro de 2012.

Ano da ação	Data da aprovação	Total de ações outorgadas	Total de ações transferíveis	Valor justo médio na data da concessão
2016	30/06/2016	4.007.081	-	2,62
2017	08/08/2017	1.538.213	1.010.249	8,44
2018	24/05/2018	773.463	523.747	20,18
Total	31/12/2019	6.318.757	1.533.996	

A movimentação do total das ações restritas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está demonstrada a seguir:

	Total de ações restritas
Ações restritas transferíveis em 31 de dezembro de 2018	4.865.741
Conversão de ações restritas em opções de compra	(3.372.183)
Ações transferidas para empregados	(283.483)
Ações canceladas e ajustes na estimativa de direitos expirados	323.921
Ações restritas transferíveis em 31 de dezembro de 2019	1.533.996

Em 21 de agosto de 2019, por meio de uma assembleia geral extraordinária os acionistas da Companhia aprovaram a conversão da outorga de ações restritas em 2016 em opções de compra de ações preferenciais.

A despesa reconhecida no resultado do exercício correspondente aos planos de opções de ações foi de R\$5.315 (R\$9.615 em 2018).

27.3. Plano de opção de compra de ações - Smiles Fidelidade

Os beneficiários das opções de ações poderão adquirir as ações pelo preço estabelecido na data da outorga após o período de 3 anos da data de concessão, na condição de que o beneficiário tenha mantido seu vínculo empregatício durante esse período.

As opções tornam-se exercíveis à taxa de 20% no primeiro ano, 30% adicionais no segundo e 50% remanescentes no terceiro ano. Em todos os casos, as opções podem ser exercidas em até 10 anos após a data da concessão. Em todos os planos de opções, a volatilidade esperada

baseia-se na volatilidade histórica dos 252 dias úteis das ações da Companhia negociadas na B3.

Ano da opção	Data da aprovação	Total de opções outorgadas	Total de opções em circulação	Preço de exercício da opção (em Reais)	Valor justo médio na data da concessão	Volatilidade estimada do preço da opção	Dividendo esperado	Taxa de retorno livre de risco	Maturidade remanescente média (em anos)
2013	08/08/2013	1.058.043	-	21,7	4,25 ^(a)	36,35%	6,96%	7,40%	3,5
2014	04/02/2014	1.150.000	-	31,28	4,90 ^(b)	33,25%	10,67%	9,90%	4,0
2018	31/07/2018	1.300.000	975.000	48,82	8,93 ^(c)	41,28%	9,90%	6,39%	8,6
Total	31/12/2019	3.508.043	975.000						

(a) Média do valor justo em reais calculado para o plano de opção de ações 2013 de R\$4,84 e R\$4,20 para os períodos de *vesting* de 2013 e 2014; e, R\$ 3,73 para os períodos de *vesting* de 2015 e 2016.

(b) Média do valor justo em reais calculado para o plano de opção de ações 2014 de R\$4,35, R\$4,63, R\$4,90, R\$5,15 e R\$5,37 para os períodos de *vesting* de 2014, 2015, 2016, 2017 e 2018.

(c) Média do valor justo em reais calculado para o plano de opção de ações 2018 de R\$8,17, R\$8,63, R\$9,14, e R\$9,77 para os períodos de *vesting* de 2019, 2020, 2021 e 2022.

O valor da ação da controlada Smiles negociada na B3 em 31 de dezembro de 2019 era de R\$39,27 (R\$43,77 em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação das opções de ações durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 está apresentada a seguir:

	Total de opções de ações	Preço médio ponderado de exercício
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2018	1.077.053	50,16
Ajustes na estimativa de direitos expirados	48.947	26,21
Opções exercidas	(151.000)	5,58
Opções em circulação em 31 de dezembro de 2019	975.000	48,82

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu R\$3.131 no patrimônio líquido referente a remuneração baseada em ações com contrapartida na demonstração de resultado na rubrica de despesas com pessoal (R\$1.489 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

Adicionalmente, referenciado em ações da Companhia, é concedido aos executivos e colaboradores uma bonificação complementar liquidada em caixa, como forma de fortalecer o comprometimento e produtividade desses como os resultados. Em 31 de dezembro de 2019, o saldo desta obrigação era de R\$6.079 (R\$6.899 em 31 de dezembro de 2018), reconhecido na rubrica de “Obrigações trabalhistas”, referenciados em 120.586 ações equivalentes da Companhia, sendo o mesmo montante reconhecido no resultado do período na rubrica de despesa com Pessoal (R\$7.450 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018) referentes à concessão do referido direito.

28. Transações com partes relacionadas

28.1. Contratos de mútuos - ativo e passivo não circulante

A Controladora mantém mútuos ativos e passivos com a controlada GLA, sem avais e garantias, conforme quadro a seguir:

Credor	Devedor	Tipo de operação	Taxa de juros (a.a.)	Ativo		Passivo
				2019	2018	2019
GOL	GLA	Mútuo	6,28%	507.408	82.655	-
GLA	GOL	Mútuo	(*)	-	-	2.121
GAC	GLA	Mútuo	(*)	1.018.369	232.488	161.229
Gol Finance	GLA	Mútuo	5.10%	1.914.940	1.979.000	-
Total				3.440.717	2.294.143	163.350

(*) Conforme legislação local, a Companhia aplica juros simbólicos.

O quadro a seguir demonstra os saldos entre as Companhias eliminados no Consolidado:

Credor	Devedor	Tipo de operação	Vencimento dos contratos	Taxa de juros (a.a.)	Saldos	
					2019	2018
Gol Finance	GOL	Bônus de subscrição	07/2024	-	602.350	-
Gol Finance Inc.	GAC	Mútuo	01/2023	8,64%	1.267.594	1.128.845
Gol Finance	GAC	Mútuo	03/2025	4,19%	1.061.747	596.204
Gol Finance	Gol Finance Inc.	Mútuo	01/2020	9,83%	945.721	887.395
Gol Finance Inc.	Gol Finance	Mútuo	07/2020	11,70%	196.298	250.950
Smiles Fidelidade	GLA	Compra antecipada de passagens	12/2032	6,71%	970.899	1.296.077
Smiles Fidelidade	GLA	Venda de milhas	12/2032	-	32.271	24.035
Smiles Fidelidade	GLA	Taxa de administração	12/2032	-	1.300	803
Smiles Fidelidade	GLA	Carta acordo de indenização	-	-	1.414	10.559
Smiles Fidelidade	GLA	Serviços compartilhados	12/2032	-	6.222	5.439
Smiles Fidelidade	GLA	Repasse - GLA	12/2032	-	22.684	38.144
Smiles Fidelidade	GLA	Remuneração baseada em ações	-	-	856	856
Smiles Fidelidade	Netpoints	Conversão de milhas	-	-	-	48
Total					5.109.356	4.239.355

(*) A controlada Gol Finance, por meio da Gol Equity Finance, adquiriu o bônus de subscrição emitido pela Companhia no âmbito do *Exchangeable Senior Notes*, detalhado na nota explicativa nº18.1.1

28.2. Serviços de transporte e de consultoria

No decorrer de suas operações, a Companhia, por si e por meio de suas subsidiárias celebrou contratos com as empresas listadas a seguir:

- **Mobitrans Administração e Participações S.A.:** serviços de consultoria e assessoria empresarial, com vigência por prazo indeterminado
- **Viação Piracicabana Ltda.:** Prestação de serviços de transporte de passageiros, bagagens, tripulantes e colaboradores entre aeroportos, com vigência até 30 de setembro de 2021.

Em 31 de dezembro de 2019 a controlada GLA reconheceu uma despesa total referente a esses serviços de R\$10.560 (R\$9.358 em 31 de dezembro de 2018). Na mesma data, o saldo a ser pago na rubrica de fornecedores às empresas ligadas era de R\$1.822 (R\$1.107 em 31 de

dezembro de 2018), e refere-se substancialmente a operações junto à Viação Piracicabana Ltda.

28.3. Contratos de abertura de conta UATP (“Universal Air Transportation Plan”) com concessão de limite de crédito

A controlada GLA celebrou contratos de abertura de conta UATP com as partes relacionadas indicadas a seguir: Aller Participações S.A.; BR Mobilidade Baixada Santista S.A. SPE; Breda Transportes e Serviços S.A.; Comporte Participações S.A.; Empresa Cruz de Transportes Ltda.; Empresa de Ônibus Pássaro Marron S.A.; Empresa Princesa do Norte S.A.; Expresso Itamarati S.A.; Expresso Maringá do Vale S.A.; Expresso União Ltda.; Glarus Serviços Tecnologia e Participações S.A.; Limmat Participações S.A.; Quality Bus Comércio de Veículos S.A.; Super Quadra Empreendimentos Imobiliários S.A.; Thurgau Participações S.A.; Transporte Coletivo Cidade Canção Ltda.; Turb Transporte Urbano S.A.; Vaud Participações S.A.; e Viação Piracicabana Ltda., com prazo indeterminado, cuja finalidade é a emissão de créditos para a compra de passagens aéreas emitidas pela Companhia. A conta UATP (cartão virtual) é aceita como meio de pagamento na compra de passagens aéreas e serviços relacionados, buscando simplificar o faturamento e viabilizar o pagamento entre as companhias participantes.

Tais empresas são de propriedade das pessoas físicas que detém o controle dos fundos Volutto e Mob FIA os quais são os principais acionistas da Companhia

28.4. Contratos de parceria comercial estratégica e manutenção

Em 19 de fevereiro de 2014, a Companhia assinou um acordo de parceria estratégica de cooperação comercial junto à AirFrance-KLM. Em 1º de janeiro de 2017 foi celebrada uma ampliação do escopo para inclusão de serviços de manutenção. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, os gastos com manutenção de componentes realizadas junto à oficina da AirFrance-KLM foram de R\$284.691 (R\$151.936 em 31 de dezembro de 2018). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia não possui receitas diferidas como “Outras obrigações” (R\$8.565 em 31 de dezembro de 2018) e possui R\$142.241 na rubrica de “Fornecedores” no passivo circulante (R\$170.673 em 31 de dezembro de 2018).

28.5. Encerramento de participação societária

Em 10 de dezembro de 2019, a Delta Airlines encerrou por completo o processo de alienação de sua participação societária na GOL por meio da negociação de suas ações preferenciais. Tal participação na GOL era mantida apenas para fins de investimento e as receitas dos acordos com a Delta representaram apenas cerca de 0,3% do total das receitas da GOL.

28.6. Remuneração do pessoal-chave da Administração

	Consolidado	
	2019	2018
Salários, bônus e benefícios	69.609	75.979
Encargos sociais	15.813	11.062
Remuneração baseada em ações	8.880	10.234
Total	94.302	97.275

	Consolidado	
	2019	2018
Número de executivos		
Conselho de administração	8	9
Diretores estatutários	4	5
Diretores não estatutários	22	26
Conselho fiscal	3	3
Outros comitês de Governança	7	7
Total	44	50

29. Receita de vendas

	Consolidado	
	2019	2018
Transporte de passageiros (*)	13.461.470	11.148.292
Transporte de cargas	411.054	400.959
Receita de milhas	446.871	446.448
Outras receitas	113.253	95.681
Receita bruta	14.432.648	12.091.380
Impostos incidentes	(567.944)	(680.026)
Receita líquida	13.864.704	11.411.354

(*) Do montante total, o valor de R\$583.242 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 é composto por receitas por não comparecimento de passageiros, remarcação, cancelamento de passagens (R\$479.136 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018).

A receita por localidade geográfica é como segue:

	Consolidado			
	2019	%	2018	%
Doméstico	11.965.181	86,3	9.729.498	85,3
Internacional	1.899.523	13,7	1.681.856	14,7
Receita líquida	13.864.704	100,0	11.411.354	100,0

30. Custos dos serviços prestados, despesas comerciais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Custos dos serviços prestados				
Pessoal	-	-	(1.671.606)	(1.215.324)
Combustíveis e lubrificantes	-	-	(4.047.344)	(3.867.673)
Arrendamento de aeronaves	-	-	-	(1.112.837)
Material de manutenção e reparo	-	-	(569.229)	(570.333)
Gastos com passageiros	-	-	(578.744)	(474.117)
Prestação de serviços	-	-	(150.626)	(149.959)
Tarifas de pouso e decolagem	-	-	(759.774)	(743.362)
Depreciação e amortização	-	-	(1.695.384)	(644.765)
Outros custos operacionais	-	-	(334.321)	(356.941)
Total custos dos serviços prestados	-	-	(9.807.028)	(9.135.311)
Despesas comerciais				
Pessoal	-	-	(36.820)	(32.526)
Prestação de serviços	-	-	(163.487)	(124.553)
Comerciais e publicidade	-	-	(670.392)	(581.977)
Outras despesas comerciais	-	-	(31.970)	(22.870)
Total despesas comerciais	-	-	(902.669)	(761.926)
Despesas administrativas				
Pessoal (a)	(4.340)	(3.806)	(652.842)	(656.002)
Prestação de serviços	(32.183)	(21.745)	(393.279)	(339.256)
Depreciação e amortização	-	-	(32.598)	(23.751)
Outras despesas administrativas	(182.246)	-	(676.047)	(461.025)
Outras receitas administrativas	5.986	-	413.068	451.325
Total despesas administrativas	(212.783)	(25.551)	(1.341.698)	(1.028.709)
Outras (despesas) receitas operacionais				
Transações de <i>sale-leaseback</i> (b)	7.413	748.561	7.924	914.167
Outras despesas operacionais	-	(385.862)	-	-
Outras receitas operacionais (c)	35.641	199.872	311.429	-
Total outras receitas operacionais, líquidas	43.054	562.571	319.353	914.167
Total	(169.729)	537.020	(11.732.042)	(10.011.779)

(a) A Companhia reconhece as despesas com o Comitê de Auditoria, Conselho de Administração e Conselho Fiscal na rubrica de "Pessoal".

(b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou o ganho líquido de R\$7.924, relativo à transação de *sale-leaseback* de 1 aeronave (No período findo em 31 de dezembro de 2018, a Companhia apurou um ganho líquido de R\$914.167 decorrente de operações de *sale-leaseback* de 25 aeronaves negociadas no período, juntamente com ganhos e perdas diferidos de tais operações e transações de aeronaves negociadas entre os exercícios de 2006 a 2009).

(c) O montante é relativo a remensuração do passivo de arrendamento em virtude de devolução antecipada de 3 aeronaves no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

31. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Receitas financeiras				
Ganhos com derivativos	-	-	84.862	17.838
Ganhos com aplicações financeiras	28.102	35.534	225.535	161.223
Variações monetárias	2.816	2.038	42.967	78.169
(-) Impostos sobre receitas financeiras (a)	(4.154)	(4.590)	(26.818)	(20.372)
Ganhos não realizados - direito de conversão - ESN	16.148	-	16.148	-
Juros ativos	106.093	75.813	7.451	-
Outros	6.833	174	39.418	22.870
Total receitas financeiras	155.838	108.969	389.563	259.728
Despesas financeiras				
Perdas com derivativos	-	-	(86.990)	(51.674)
Perdas com derivativos - <i>capped call</i>	(23.229)	-	(23.229)	-
Juros sobre empréstimos, financiamentos e outros	(440.865)	(342.333)	(778.557)	(710.787)
Comissões e despesas bancárias	(25.149)	(27.420)	(73.171)	(75.673)
Gastos com recompra de títulos	-	(53.952)	-	(53.952)
Perdas com aplicações financeiras	-	-	(111.679)	(33.999)
Juros de operações de arrendamento (b)	-	-	(488.278)	-
Outros	(61.035)	(16.414)	(186.361)	(135.004)
Total despesas financeiras	(550.278)	(440.119)	(1.748.265)	(1.061.089)
Variação cambial, líquida	(87.133)	(433.239)	(385.092)	(1.081.197)
Total	(481.573)	(764.389)	(1.743.794)	(1.882.558)

(a) Relativo ao PIS e COFINS incidentes sobre receitas financeiras auferidas, de acordo com o Decreto nº8.426 de 1º de abril de 2015.

(b) O montante refere-se ao ajuste a valor presente do direito de uso oriundo da adoção do CPC 06 (R2). Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº4.27.1.

32. Informações por segmento

Os segmentos operacionais são definidos a partir das atividades de negócio que se podem obter receitas e incorrer despesas, cujos resultados operacionais são regularmente revisados pelos tomadores de decisão da Companhia para avaliação do desempenho e alocação de recursos aos respectivos segmentos. A Companhia possui dois segmentos operacionais: segmento de transporte aéreo e o de programa de fidelidade.

As políticas contábeis dos segmentos operacionais são as mesmas àquelas aplicadas às demonstrações financeiras consolidadas. Adicionalmente, a Companhia apresenta naturezas distintas entre seus dois segmentos operacionais, não possuindo custos e receitas comuns entre os segmentos operacionais reportados.

A Companhia mantém a maioria acionária na controlada Smiles Fidelidade, e a participação dos acionistas não controladores em 31 de dezembro de 2019 e 2018 era de 47,4%.

As informações a seguir apresentam a posição financeira sumariada dos segmentos operacionais reportáveis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

32.1. Ativos e passivos dos segmentos operacionais

	2019				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Ativo					
Circulante	3.243.363	2.763.448	6.006.811	(1.079.434)	4.927.377
Não circulante	10.888.299	121.135	11.009.434	(638.365)	10.371.069
Total do ativo	14.131.662	2.884.583	17.016.245	(1.717.799)	15.298.446
Passivo					
Circulante	9.941.112	1.321.534	11.262.646	(900.046)	10.362.600
Não circulante	11.867.062	357.714	12.224.776	(183.513)	12.041.263
Patrimônio líquido (negativo)	(7.676.512)	1.205.335	(6.471.177)	(634.240)	(7.105.417)
Total do passivo e patrimônio líquido (negativo)	14.131.662	2.884.583	17.016.245	(1.717.799)	15.298.446

	2018				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Ativo					
Circulante	2.216.168	2.365.789	4.581.957	(1.271.122)	3.310.835
Não circulante	7.373.864	269.339	7.643.203	(575.772)	7.067.431
Total do ativo	9.590.032	2.635.128	12.225.160	(1.846.894)	10.378.266
Passivo					
Circulante	7.012.120	1.347.684	8.359.804	(1.159.248)	7.200.556
Não circulante	7.563.287	273.214	7.836.501	(153.440)	7.683.061
Patrimônio líquido (negativo)	(4.985.375)	1.014.230	(3.971.145)	(534.206)	(4.505.351)
Total do passivo e patrimônio líquido (negativo)	9.590.032	2.635.128	12.225.160	(1.846.894)	10.378.266

32.2. Resultados dos segmentos operacionais

	2019				
	Transporte Aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Receita líquida					
Transporte de passageiros	12.592.018	-	12.592.018	485.725	13.077.743
Transporte de cargas e outras	463.651	-	463.651	(38.563)	425.088
Receita com resgate de milhas	-	1.051.124	1.051.124	(689.251)	361.873
Total receita líquida (a)	13.055.669	1.051.124	14.106.793	(242.089)	13.864.704
Custo dos serviços prestados (b)	(9.759.821)	(73.466)	(9.833.287)	26.259	(9.807.028)
Lucro bruto	3.295.848	977.658	4.273.506	(215.830)	4.057.676
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas comerciais	(971.204)	(127.943)	(1.099.147)	196.478	(902.669)
Despesas administrativas (c)	(1.216.166)	(131.407)	(1.347.573)	5.875	(1.341.698)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	312.746	47.535	360.281	(40.928)	319.353
Total despesas operacionais	(1.874.624)	(211.815)	(2.086.439)	161.425	(1.925.014)
Resultado de equivalência patrimonial	294.976	-	294.976	(294.899)	77
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	1.716.200	765.843	2.482.043	(349.304)	2.132.739
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	338.268	125.455	463.723	(74.160)	389.563
Despesas financeiras	(2.116.438)	(4.273)	(2.120.711)	74.160	(2.046.551)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(1.778.170)	121.182	(1.656.988)	-	(1.656.988)
Resultado antes da variação cambial, líquida	(61.970)	887.025	825.055	(349.304)	475.751
Variação cambial, líquida	(92.168)	4.669	(87.499)	693	(86.806)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(154.138)	891.694	737.556	(348.611)	388.945
Imposto de renda e contribuição social	36.865	(264.969)	(228.104)	18.497	(209.607)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(117.273)	626.725	509.452	(330.114)	179.338
Resultado atribuído aos acionistas controladores	(117.273)	330.114	212.841	(330.114)	(117.273)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	-	296.611	296.611	-	296.611

(a) As eliminações das respectivas operações correspondem integralmente às transações entre GLA e Smiles Fidelidade.

(b) Inclui encargos com depreciação e amortização no total de R\$934.903 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 alocados para os seguintes segmentos: R\$911.581 para transporte aéreo e R\$23.322 para programa de fidelidade Smiles (R\$630.113 e R\$14.652 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, respectivamente).

(c) Inclui encargos com depreciação e amortização no total de R\$793.081 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 alocados para os seguintes segmentos: R\$789.534 para transporte aéreo e R\$3.547 para programa de fidelidade Smiles (R\$21.045 e R\$2.706 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, respectivamente).

	2018				
	Transporte aéreo	Programa de fidelidade Smiles	Combinação dos segmentos operacionais	Eliminações	Total consolidado
Receita líquida					
Transporte de passageiros (a)	10.199.092	-	10.199.092	434.396	10.633.488
Transporte de cargas e outras (a)	422.432	-	422.432	(12.799)	409.633
Receita com resgate de milhas (a)	-	987.444	987.444	(619.211)	368.233
Custo dos serviços prestados (b)	(8.963.750)	(58.386)	(9.022.136)	(113.175)	(9.135.311)
Lucro bruto	1.657.774	929.058	2.586.832	(310.789)	2.276.043
Despesas operacionais					
Despesas comerciais	(815.843)	(112.524)	(928.367)	166.441	(761.926)
Despesas administrativas (c)	(1.060.858)	(112.671)	(1.173.529)	144.820	(1.028.709)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	914.167	38.106	952.273	(38.106)	914.167
Total despesas operacionais	(962.534)	(187.089)	(1.149.623)	273.155	(876.468)
Resultado de equivalência patrimonial	315.721	-	315.721	(315.334)	387
Resultado operacional antes do resultado financeiro e impostos	1.010.961	741.969	1.752.930	(352.968)	1.399.962
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	166.348	220.628	386.976	(127.248)	259.728
Despesas financeiras	(1.185.889)	(2.326)	(1.188.215)	127.126	(1.061.089)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(1.019.541)	218.302	(801.239)	(122)	(801.361)
Resultado antes da variação cambial, líquida	(8.580)	960.271	951.691	(353.090)	598.601
Variação cambial, líquida	(1.084.543)	3.223	(1.081.320)	123	(1.081.197)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(1.093.123)	963.494	(129.629)	(352.967)	(482.596)
Imposto de renda e contribuição social	7.729	(317.652)	(309.923)	12.795	(297.128)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(1.085.394)	645.842	(439.552)	(340.172)	(779.724)
Resultado atribuído aos acionistas controladores	(1.085.394)	340.173	(745.221)	(340.172)	(1.085.393)
Resultado atribuído aos acionistas não controladores	-	305.669	305.669	-	305.669

- (a) As eliminações das respectivas operações correspondem integralmente às transações entre GLA e Smiles Fidelidade.
- (b) Inclui encargos com depreciação e amortização no total de R\$934.903 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 alocados para os seguintes segmentos: R\$911.581 para transporte aéreo e R\$23.322 para programa de fidelidade Smiles (R\$630.113 e R\$14.652 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, respectivamente).
- (c) Inclui encargos com depreciação e amortização no total de R\$793.081 no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 alocados para os seguintes segmentos: R\$789.534 para transporte aéreo e R\$3.547 para programa de fidelidade Smiles (R\$21.045 e R\$2.706 no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, respectivamente).

Nas demonstrações financeiras individuais da controlada Smiles Fidelidade, que constitui o segmento de Programa de Fidelidade, e nas informações fornecidas aos principais tomadores de decisões operacionais, o reconhecimento da receita acontece no momento do resgate das milhas pelos participantes. Sob a perspectiva desse segmento, tal tratamento é adequado, pois é o momento em que o ciclo de reconhecimento de receita se completa, uma vez que a Smiles transfere para a GLA a obrigação de prestar os serviços ou entregar os produtos aos seus clientes.

No entanto, sob a perspectiva consolidada, o ciclo de reconhecimento de receitas com relação à troca de milhas do programa de fidelidade por passagens aéreas da Companhia apenas se completa quando os passageiros são efetivamente transportados. Portanto, para fins de conciliação com os ativos, passivos e resultados consolidados, assim como para fins de equivalência patrimonial e de consolidação, além das eliminações, é realizado um ajuste de transações não realizadas nas receitas provenientes do Programa Smiles. Nesse caso, sob a perspectiva do consolidado, as milhas que foram utilizadas para resgatar passagens aéreas apenas são reconhecidas como receitas quando os passageiros são transportados, de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia.

33. Compromissos

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia possui 129 pedidos firmes junto a Boeing para aquisição de aeronaves. Estes compromissos de compra de aeronaves incluem estimativas para aumentos contratuais dos preços durante a fase de construção. O montante aproximado dos pedidos firmes, não considerando os descontos contratuais, é de R\$65.779.883 (correspondendo a US\$16.319.717 na data do balanço) e estão segregados conforme abaixo:

	Consolidado	
	2019	2018
2020	-	1.791.661
2021	7.113.774	5.046.966
2022	8.200.455	7.883.277
2023	9.118.866	8.766.165
2024 em diante	41.346.788	39.747.570
Total	65.779.883	63.235.639

Do total de compromissos apresentados acima, a Companhia deverá desembolsar o montante de R\$9.245.057 (correspondendo a US\$2.293.660 na data do balanço) a título de adiantamentos para aquisição de aeronaves, conforme fluxo financeiro abaixo:

	Consolidado	
	2019	2018
2019	-	283.579
2020	1.169.967	816.766
2021	1.152.456	1.072.048
2022	1.300.668	1.250.361
2023	1.366.345	1.313.497
2024 em diante	4.255.621	4.091.021
Total	9.245.057	8.827.272

A diferença entre o valor total do compromisso e dos desembolsos que corresponde a aproximadamente 85% do custo total das aeronaves deverão ser financiados.

A Companhia vem efetuando os pagamentos relativos às aquisições de aeronaves utilizando recursos próprios, de empréstimos, do caixa gerado nas operações, linhas de créditos de curto e médio prazo e de financiamento do fornecedor.

A Companhia arrenda toda sua frota de aeronaves por meio de uma combinação de arrendamentos sem opção de compra e com opção de compra. Em 31 de dezembro de 2019, a frota total era composta de 137 aeronaves (121 em 31 de dezembro de 2018), dentre as quais 126 eram arrendamentos mercantis sem opção de compra e 11 são arrendamentos mercantis com opção de compra (em 31 de dezembro de 2018, 10 dessas aeronaves tinham opção de compra e 110 sem opção de compra).

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

As atividades operacionais expõem a Companhia e suas controladas aos riscos financeiros de mercado (preço do combustível, taxa de câmbio e taxa de juros), de crédito e de liquidez. Tais riscos podem ser mitigados através da utilização de derivativos do tipo *swaps*, contratos futuros e opções, no mercado de petróleo, dólar e juros.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Política Financeira (“CPF”) em consonância com as Políticas de Gestão de Riscos, aprovadas pelo Comitê de Políticas de Riscos (“CPR”) e submetidas ao Conselho de Administração. O CPR estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições e possíveis impactos financeiros, além de coibir a

exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

A Companhia não contrata instrumentos de proteção para a totalidade da exposição de riscos, estando, portanto, sujeita às variações de mercado para uma parcela significativa de seus ativos e passivos expostos. As decisões sobre a parcela a ser protegida consideram os riscos financeiros e os custos de tal proteção e são determinadas e revisadas no mínimo trimestralmente, em consonância com as estratégias do CPR. Os resultados auferidos das operações e a aplicação dos controles para o gerenciamento de riscos fazem parte do monitoramento feito pelo Comitê e têm sido satisfatórios aos objetivos propostos.

34.1. Classificação contábil de instrumentos financeiros

As classificações contábeis dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 estão identificadas a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Mensurados a valor justo por meio de resultado		Custo amortizado (c)		Mensurados a valor justo por meio de resultado		Custo Amortizado (c)	
	2019	2018	2019	2018	2019	2018	2019	2018
Ativo								
Caixa e equivalentes de caixa	-	2.217	1.016.746	280.248	5.505	307.538	1.639.920	518.649
Aplicações financeiras	673	92.015	-	-	953.762	478.364	-	-
Caixa restrito	6.399	39.784	-	-	444.306	822.132	-	-
Direitos com operações de derivativos	143.969	-	-	-	147.469	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	-	-	-	1.229.530	853.328
Depósitos (a)	-	-	51.055	49.081	-	-	1.126.609	885.804
Créditos com empresas relacionadas	-	-	3.440.701	2.294.143	-	-	-	-
Outros créditos	-	-	79.587	425.913	-	-	140.006	478.628
Passivo								
Empréstimos e financiamentos (b)	626.557	-	5.968.583	4.659.102	626.557	-	7.783.284	6.443.807
Fornecedores	-	-	19.116	10.765	-	-	1.296.417	1.523.952
Fornecedores - Risco sacado	-	-	-	-	-	-	554.467	365.696
Obrigações com operações de derivativos	-	-	-	-	20.350	409.662	-	-
Arrendamentos a pagar	-	-	-	-	-	-	6.052.780	912.145
Outras obrigações	-	-	23.501	35.642	-	-	164.709	147.239

(a) Excluem-se os depósitos judiciais, demonstrados na nota explicativa nº14.

(b) O montante em 31 de dezembro de 2019 classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado refere-se ao derivativo contratado atrelado ao *Exchange Senior Notes*. Para maiores detalhes, vide nota explicativa nº18.1.1.

(c) Itens classificados como custo amortizado por se tratarem de créditos, obrigações ou emissões de dívida com instituições privadas onde, em eventuais liquidações antecipadas, não há modificações substanciais em relação aos valores registrados, exceto pelos montantes referentes ao Bônus Perpétuo e Bônus Sênior, conforme divulgado na nota explicativa nº18. Os valores justos se aproximam dos valores contábeis em razão dos curtos prazos dos vencimentos destes ativos e passivos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não houve reclassificação entre as categorias de instrumentos financeiros.

34.2. Instrumentos financeiros derivativos e não derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos da Companhia foram registrados nas seguintes rubricas do balanço patrimonial:

	Derivativos					Não derivativo	
	Combustível	Taxa de juros	Câmbio	Capped call	ESN	Hedge de receita	Total
Variações no valor justo							
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2018	(363.268)	(46.394)	-	-	-	-	(409.662)
Ganhos (perdas) reconhecidos no resultado	-	-	1.207	(23.229)	16.148	-	(5.874)
Ganhos (perdas) reconhecidos como variação cambial	-	-	-	13.946	(43.575)	-	(29.629)
Ganhos (perdas) reconhecidos em ajuste de avaliação patrimonial	299.910	(205.383)	-	-	-	-	94.527
Pagamentos (recebimentos) durante o período	43.008	251.777	2.293	153.252	(599.130)	-	(148.800)
Direitos (obrigações) com derivativos em 31 de dezembro de 2019	(20.350)	-	3.500	143.969	(626.557)	-	(499.438)
Movimentação de ajuste de avaliação patrimonial							
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(378.702)	(121.320)	-	-	-	-	(500.022)
Ajustes de valor justo durante o período	299.910	(205.383)	-	-	-	-	94.527
Ajustes de hedge accounting de Receita	-	-	-	-	-	(188.267)	(188.267)
Reversões líquidas para o resultado	25.549	15.339	-	-	-	22.831	63.719
Saldos em 31 de dezembro de 2019	(53.243)	(311.364)	-	-	-	(165.436)	(530.043)
Efeitos no resultado	(25.549)	(15.339)	1.207	(9.282)	(27.427)	165.436	89.045
Classificação dos efeitos no resultado							2019
Receita líquida							(18.806)
Combustível - custos dos serviços prestados							(28.892)
Arrendamento - despesas financeiras							(8.662)
Ganhos não realizadas com direito de conversão - ESN - despesas financeiras							16.148
Perdas com derivativos - capped call - despesas financeiras							(23.229)
Ganhos e perdas com derivativos - despesas financeiras							(300.414)
Variação cambial							452.900
Total							89.045

A Companhia pode adotar *hedge accounting* como prática de contabilização dos derivativos que são contratados para proteção de fluxo de caixa e que se qualificam para tal classificação de acordo com o CPC 48 - "Instrumentos Financeiros" (IFRS 9). Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adota como *hedge* de fluxo de caixa para proteção de taxa de juros (predominantemente Libor), e para proteção de combustível aeronáutico.

Os *hedges* de fluxo de caixa estão programados para realização e consequente reclassificação para despesa de acordo com os períodos a seguir:

	2020	2021	2022	2023	2024 em diante
Derivativos de juros	(9.924)	(19.417)	(25.304)	(25.591)	(214.437)
Derivativos de receita	(38.504)	(37.091)	(35.888)	(35.442)	(18.511)
Derivativos de combustível	(35.513)	(17.730)	-	-	-
Expectativa de realização (*)	(83.941)	(74.238)	(61.192)	(61.033)	(232.948)

(*) Os valores negativos representam perdas.

34.3. Riscos de mercado

34.3.1. Combustível

O preço do combustível de aeronaves varia em função da volatilidade do preço do petróleo cru e de seus derivados. Para mitigar as perdas atreladas às variações de mercado do combustível, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2019, opção de compra (*calls*) e derivativos de *Collar*, de *Brent* e *WTI*. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu perdas totais na demonstração do resultado no montante total de R\$25.549 relativos aos derivativos de combustível (em 31 de dezembro de 2018, a Companhia reconheceu ganhos totais na demonstração do resultado no montante total de R\$39.675 relativos a derivativos de combustível designados como *hedge accounting*).

A Companhia utiliza diferentes instrumentos para proteger a exposição ao preço do combustível, a escolha depende de fatores como liquidez no mercado, valor de mercado dos componentes, níveis de volatilidade, disponibilidade e depósito de margem. Os principais instrumentos são futuros, *calls*, *calls spreads*, *collars* e *swaps* (vide nota 33.2).

A estratégia de Gerenciamento de Risco de Combustíveis da Companhia é baseada em modelos estatísticos. Através de modelo desenvolvido, a Companhia é capaz de (i) medir a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, visando avaliar se a relação entre o preço do combustível de aviação e o preço do combustível internacional se comporta dentro do esperado; e (ii) definir adequadamente o Índice de *hedge* a fim de determinar o volume adequado a ser contratado para proteger a quantidade de litros de combustíveis que será consumido em um determinado período.

Os modelos da Companhia consideram os potenciais fatores de ineficácia que podem impactar nas estratégias de Gestão de Risco, tais como, alteração na precificação do querosene de aviação por parte dos fornecedores e o descasamento de prazo do instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

A Companhia tem protegido por contratos de hedge aproximadamente 68,2% do seu consumo de combustível para o ano de 2020 e 16,6% para o ano de 2021.

A análise de sensibilidade a variação do preço do combustível de aviação está apresentada na nota explicativa nº 34.6.2.

34.3.2. Taxa de juros

A estratégia de gerenciamento de risco de juros da Companhia combina taxas de juros fixas e flutuantes, e determina se será necessário ampliar ou reduzir as exposições às taxas de juros. A Companhia gerencia sua exposição através da apuração do *Basis Point Value* (“BPV”) de cada contrato, e utiliza volumes que equivalem à quantidade de BPVs necessários para atingir

os objetivos propostos na Gestão de Riscos para a contratação de derivativos.

Através de modelos estatísticos, a Companhia comprova a relação econômica entre o instrumento de *hedge* e o objeto de *hedge*, considerando potenciais fatores de inefetividade, tais como o descasamento de prazo do Instrumento de *hedge* e do objeto de *hedge*.

A Companhia está exposta a operações futuras de arrendamento mercantil, cujas parcelas a serem pagas estão expostas à variação da taxa Libor até o recebimento da aeronave. Para mitigar tais riscos, a Companhia pode utilizar instrumentos financeiros derivativos do tipo *swap* de taxa de juros Libor. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu uma perda total com operações de *hedge* de juros no valor de R\$15.339 (perda de R\$35.708 no exercício findo em 31 de dezembro 2018).

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia e suas controladas não possuem contratos de derivativos de juros Libor em aberto.

A análise de sensibilidade a variação do preço do combustível de aviação está apresentada na nota explicativa nº 33.5.3.

34.3.3. Câmbio

O risco de câmbio decorre da possibilidade de variação cambial desfavorável às quais o passivo ou o fluxo de caixa da Companhia estão expostos. Durante o período findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia reconheceu um ganho total com operações de *hedge* de câmbio no valor de R\$1.207 (não houve operações de *hedge* de câmbio durante o período findo em 30 de dezembro 2018).

A exposição patrimonial ao câmbio está sumarizada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2019	2018	2019	2018
Ativos				
Caixa, aplicações financeiras e caixa restrito	647.671	373.431	1.035.802	963.973
Contas a receber	-	-	202.363	148.538
Impostos a recuperar	-	-	5.312	-
Depósitos	51.056	-	1.126.609	885.804
Direitos com operações de derivativos	143.969	-	147.469	-
Outros créditos	-	352.437	-	352.437
Total do ativo	842.969	725.868	2.517.555	2.350.752
Passivos				
Empréstimos e financiamentos	(6.595.140)	(4.659.102)	(7.831.116)	(5.576.835)
Arrendamentos financeiros a pagar	-	-	-	(640.660)
Fornecedores estrangeiros	(3.164)	(10.378)	(462.636)	(903.287)
Obrigações com operações de derivativos	-	-	(20.350)	(409.662)
Arrendamentos operacionais	-	-	(6.007.973)	(271.485)
Total do passivo	(6.598.304)	(4.669.480)	(14.322.075)	(7.801.929)
Total da exposição cambial passiva	(5.755.608)	(3.943.612)	(11.804.517)	(5.451.177)
Compromissos não registrados no balanço				
Obrigações futuras decorrentes de contratos de arrendamento operacional ^(*)	-	-	-	(7.135.784)
Obrigações futuras decorrentes de pedidos firmes para compra de aeronaves	(65.779.883)	(63.235.639)	(65.779.883)	(63.235.639)
Total	(65.779.883)	(63.235.639)	(65.779.883)	(70.371.423)
Total da exposição cambial R\$	(71.535.491)	(67.179.251)	(77.584.400)	(75.822.600)
Total da exposição cambial US\$	(17.747.659)	(17.337.476)	(19.248.369)	(19.568.133)
Taxa de câmbio (R\$/US\$)	4,0307	3,8748	4,0307	3,8748

(*) Em 1º de janeiro de 2019, em decorrência da adoção do IFRS 16, as obrigações correspondentes aos contratos de arrendamento operacional passaram a ser reconhecidas no balanço, vide nota explicativa nº4.1.1, assim como, o correspondente direito de uso associado a esta obrigação.

A Companhia possui essencialmente exposição de variação do dólar norte-americano.

34.3.4. Capped call

A Companhia, por meio da Gol Equity Finance, no contexto da precificação do ESN emitidas em 26 de março, em 17 de abril e 17 de julho de 2019 conforme detalhadas na nota explicativa nº18.1.1, realizou operações privadas de derivativos (*Capped call*) com parte dos subscritores das *Notes* com o objetivo de minimizar a potencial diluição das ações preferenciais e das ADSs da Companhia.

A Companhia reconheceu uma despesa total com as operações de *capped call* no montante de R\$23.229 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

A análise de sensibilidade a variação nas taxas de câmbio (US\$) está apresentada na nota explicativa nº 33.5.5.

34.4. Riscos de crédito

O risco de crédito é inerente às atividades operacionais e financeiras da Companhia, principalmente presente nas rubricas de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber. Os ativos financeiros classificados como caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras são depositados em contrapartes que possuem *rating* mínimo de *investment grade* na avaliação feita pelas agências S&P ou Moody's (entre AAA e AA-), conforme estabelecido por políticas de gestão de risco.

Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação e os valores contábeis representam a exposição máxima do risco de crédito. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são monitorados frequentemente pela Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos são contratados em mercado de balcão (OTC), junto a contrapartes com *rating* mínimo de *investment grade*, ou em bolsa de valores de mercadorias e futuros (B3 e NYMEX), o que mitiga substancialmente o risco de crédito. A Companhia tem como obrigação avaliar os riscos das contrapartes em instrumentos financeiros e diversificar a exposição periodicamente.

34.5. Risco de liquidez

A Companhia está exposta ao risco de liquidez de duas formas distintas: (i) risco de liquidez de mercado, que varia de acordo com os tipos de ativos e mercados em que os ativos são negociados, e (ii) liquidez do fluxo de caixa, relacionado com o surgimento de dificuldades para cumprir com as obrigações operacionais contratadas nas datas previstas. A fim de atendimento da gestão de risco de liquidez, a Companhia aplica seus recursos em ativos líquidos (títulos públicos federais, CDBs e fundos de investimento com liquidez diária) e a Política de Gestão de Caixa estabelece que o prazo médio ponderado da dívida deva ser maior que o prazo médio ponderado do portfólio de investimento.

Os cronogramas de vencimento dos passivos financeiros consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são como segue:

	Controladora				Total
	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	200.598	1.413.645	6.587.415	1.923.019	10.124.677
Fornecedores	19.116	-	-	-	19.116
Em 31 de dezembro de 2019	219.714	1.413.645	6.587.415	1.923.019	10.143.793
Empréstimos e financiamentos	154.197	168.070	2.795.870	4.345.409	7.463.546
Fornecedores	10.765	-	-	-	10.765
Em 31 de dezembro de 2018	164.962	168.070	2.795.870	4.345.409	7.474.311

	Consolidado				
	Menos de 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	1.112.414	1.724.940	7.519.263	1.890.448	12.247.065
Arrendamentos a pagar	1.257.430	1.018.266	5.862.268	967.404	9.105.368
Fornecedores	1.286.264	-	10.142	-	1.296.406
Fornecedores - Risco sacado	554.467	-	-	-	554.467
Obrigações com operações de derivativos	9.080	-	11.270	-	20.350
Em 31 de dezembro de 2019	4.219.655	2.743.206	13.402.943	2.857.852	23.223.656
Empréstimos e financiamentos	901.588	438.386	3.692.463	4.394.544	9.426.981
Arrendamentos a pagar	227.985	227.879	1.452.842	8.965	1.917.671
Fornecedores	1.403.793	22	120.137	-	1.523.952
Fornecedores - Risco sacado	365.696	-	-	-	365.696
Obrigações com operações de derivativos	95.773	99.671	214.218	-	409.662
Em 31 de dezembro de 2018	2.994.835	765.958	5.479.660	4.403.509	13.643.962

34.6. Análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros

A análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros foi elaborada nos termos da Instrução CVM nº475/08, com o objetivo de estimar o impacto no valor justo dos instrumentos financeiros operados pela Companhia, considerando três cenários na variável de risco considerada: cenário mais provável, na avaliação da Companhia (sendo este o de manutenção dos níveis de mercado); deterioração de 25% (cenário adverso possível) na variável de risco; deterioração de 50% (cenário adverso remoto).

As estimativas apresentadas não refletem necessariamente os montantes apuráveis nas próximas demonstrações financeiras. O uso de metodologias diferentes pode ter um efeito material sobre as estimativas apresentadas.

Os quadros a seguir demonstram a análise de sensibilidade sobre a exposição cambial, posição de derivativos em aberto e as taxas de juros em 31 de dezembro de 2019 para os riscos de mercado considerados relevantes pela Administração da Companhia. Os valores apresentados positivos são exposições ativas (ativos maiores do que passivos) e valores expostos negativos são exposições passivas (passivos maiores do que ativos).

34.6.1. Fator de risco de câmbio

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia adotou a taxa de câmbio de R\$4,0307/US\$1,00, correspondente à taxa de fechamento do mês divulgada pelo Banco Central do Brasil como cenário provável. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade e o efeito no resultado da oscilação do câmbio no valor exposto em 31 de dezembro de 2019:

	Taxa de câmbio	Controladora	Consolidado	Derivativo
		Efeito no resultado	Efeito no resultado	
Passivo líquido exposto ao risco de valorização do dólar norte-americano	4,0307	5.755.608	11.804.517	21.500
Desvalorização do dólar (-50%)	2,0154	(2.877.804)	(5.902.259)	(10.750)
Desvalorização do dólar (-25%)	3,0230	(1.438.902)	(2.951.129)	(5.375)
Valorização do dólar (+25%)	5,0384	1.438.902	2.951.129	5.375
Valorização do dólar (+50%)	6,0461	2.877.804	5.902.259	10.750

34.6.2. Fator de risco de combustível

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia, por meio de sua controlada GLA, detém contratos de derivativos de petróleo para proteção equivalente a 68,2% do consumo de 12 meses, proteção acumulada equivalente a 41,7% do consumo acumulado de 24 meses. Os cenários prováveis utilizados pela Companhia são as curvas de mercado no fechamento do dia 31 de dezembro de 2019, tanto para derivativos que protegem o risco de preço do combustível quanto para os derivativos que protegem o risco de taxa de juros Libor. O quadro a seguir demonstra a análise de sensibilidade em dólares norte-americanos da oscilação dos preços do barril de combustível aeronáutico:

	Combustível	
	US\$/bbl (WTI)	R\$ (000)
Queda nos preços/barril (-50%)	28,42	(942.142)
Queda nos preços/barril (-25%)	42,62	(557.695)
Aumento nos preços/barril (+25%)	71,04	345.830
Aumento nos preços/barril (+50%)	85,25	826.924

34.6.3. Fator de risco de taxa de juros

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia detinha aplicações e dívidas financeiras com diversos tipos de taxas e posição em derivativos de juros Libor. Na análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros não derivativos, foi considerado o impacto nos juros anuais apenas sobre as posições com valores significativos em 31 de dezembro de 2019 (vide nota explicativa nº18) e expostos às oscilações nas taxas de juros, conforme os cenários demonstrados a seguir. Os valores demonstram os impactos no resultado de acordo com os cenários aplicados:

Risco	Aplicações financeiras líquidas de dívidas financeiras (a)	
	Aumento da taxa CDI	Queda da taxa Libor
Taxas referenciais	4,40%	1,91%
Valores expostos (cenário provável) (b)	(1.183.581)	1.206.135
Cenário favorável remoto (-50%)	23.412	(11.733)
Cenário favorável possível (-25%)	11.706	(5.866)
Cenário adverso possível (+25%)	(11.706)	5.866
Cenário adverso remoto (+50%)	(23.412)	11.733

(a) Refere-se à soma dos valores aplicados e captados no mercado financeiro e indexados à taxa CDI e a Libor.

(b) Saldos contábeis registrados em 31 de dezembro de 2019.

Mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros

Visando atender as exigências de divulgação dos instrumentos financeiros mensurados a valor justo, a Companhia e suas controladas devem fazer o agrupamento desses instrumentos nos níveis 1 a 3 com base no grau observável do valor justo:

- Nível 1: Mensurações de valor justo são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3: Mensurações de valor justo são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem para ativo ou passivo, mas que não tem como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

A tabela abaixo demonstra um resumo dos instrumentos financeiros da Companhia e suas

controladas mensurados a valor justo com suas respectivas classificações dos métodos de valoração, em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Controladora					
		2019	2018		
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	-	-	2.217	2.217
Aplicações financeiras	Nível 1	673	673	92.015	92.015
Caixa restrito	Nível 2	6.399	6.399	39.784	39.784
Ajuste a valor justo de derivativo	Nível 1	(626.557)	(626.557)	-	-

Consolidado					
		2019	2018		
	Hierarquia de valor justo	Valor contábil	Valor Justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 1	5.505	5.505	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	Nível 2	-	-	307.538	307.538
Aplicações financeiras	Nível 1	953.762	953.762	21.100	21.100
Aplicações financeiras	Nível 2	-	-	457.264	457.264
Caixa restrito	Nível 2	444.306	444.306	822.132	822.132
Direitos com operações de derivativos	Nível 2	147.469	147.469	-	-
Ajuste a valor justo de derivativo	Nível 1	(626.557)	(626.557)	-	-
Obrigações com operações de derivativos	Nível 1	(20.350)	(20.350)	(409.662)	(409.662)

34.7. Gerenciamento de capital

A Companhia busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que considera parâmetros adequados para os custos financeiros e os prazos de vencimento das captações e suas garantias. A Companhia acompanha seu grau de alavancagem financeira, o qual corresponde à dívida líquida, incluindo empréstimos de curto e longo prazo. A tabela a seguir demonstra a alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2019 e 2018:

Consolidado		
	2019	2018
Total dos empréstimos e financiamentos	8.409.841	6.443.807
Total de arrendamentos a pagar	6.052.780	912.145
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(1.645.425)	(826.187)
(-) Aplicações financeiras	(953.762)	(478.364)
(-) Caixa restrito	(444.306)	(822.132)
A - Dívida líquida	11.419.128	5.229.269
B - Total do patrimônio líquido negativo	(7.105.417)	(4.505.351)
C = (B + A) - Capital total	4.313.711	723.918

35. Transações que não afetaram o caixa

	Controladora	
	2019	2018
Adoção inicial - IFRS 16 (investimentos / prejuízos acumulados)	2.436.077	-
Remuneração baseada em ações (investimentos / capital / remuneração baseada em ações)	(38.359)	-
Resultados não realizados de derivativos (investimentos / ajuste de avaliação patrimonial)	30.021	-
Efeitos de alteração de participação societária (investimentos / reservas de capital)	649	-
Perdas atuariais de benefício pós-emprego (investimentos / ajuste de avaliação patrimonial / prejuízos acumulados)	87.541	-
JSCP a distribuir, líquido de impostos (investimentos / JSC)	-	9.651
Dividendos (investimentos / dividendos)	228.359	65.247

	Consolidado	
	2019	2018
Adoção inicial - IFRS 16 (Imobilizado / Prejuízo acumulado / participação de minoritários)	2.436.333	-
Remuneração baseada em ações (capital / remuneração baseada em ações)	(31.222)	-
Resultados não realizados de derivativos (obrigações com derivativos / ajuste de avaliação patrimonial)	30.021	-
Efeitos de alteração de participação societária (reservas de capital / participação de minoritários)	(649)	-
Perdas atuariais de benefício pós-emprego (passivo atuarial / ajuste de avaliação patrimonial / prejuízos acumulados)	87.541	-
JSCP a distribuir, líquido de impostos	-	(8.672)
Dividendos	238.359	(58.632)
Baixa de contratos de arrendamento financeiro	-	(805.081)
Provisão para devolução de aeronaves	-	147.548
Aquisição de imobilizado por meio de financiamentos (imobilizado / empréstimos e financiamentos)	164.234	193.506
Depósitos em garantia (depósitos / arrendamentos a pagar)	(476)	-
Reserva de manutenção (depósitos / arrendamentos a pagar)	(6.498)	-
Direito de uso de equipamentos de voo (imobilizado / arrendamentos a pagar)	957.027	-

36. Passivos de atividades de financiamento

As movimentações para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 dos passivos das atividades de financiamento da Companhia estão demonstradas a seguir:

36.1. Controladora

	2019						
	Saldo inicial	Fluxo de caixa	Pagamento de juros e custos sobre empréstimos	Alterações que não afetam o caixa			Saldo final
				Variações Cambiais, líquidas	Provisão de juros e amortização de custos	Resultados não realizados de derivativos	
Empréstimos e financiamentos	4.659.102	1.587.691	(330.824)	269.593	450.295	(40.717)	6.595.140

	2018						
	Saldo inicial	Fluxo de caixa	Pagamento de juros e custos sobre empréstimos	Alterações que não afetam o caixa			Saldo final
				Variações Cambiais, líquidas	Provisão de juros e amortização de custos	Resultados não realizados de derivativos	
Empréstimos e financiamentos	4.034.975	(152.831)	(286.686)	697.879	365.765		4.659.102

36.2. Consolidado

		2019									
							Alterações que não afetam o caixa				
	Saldo inicial	Fluxo de caixa	Ajuste de adoção inicial - CPC 06 (R2)	Pagamento de juros e custos sobre empréstimos	Obrigações com operações de derivativos	Provisão imobilizado	Variações Cambiais, líquidas	Provisão de juros e amortização de custos	Resultados não realizados de derivativos	Outros	Saldo final
Empréstimos e financiamentos	6.443.807	1.401.125	-	(406.079)	-	164.234	313.717	533.754	(40.717)	-	8.409.841
Arrendamentos a pagar	912.145	(1.617.677)	5.370.868	(23.304)	-	-	241.612	502.544	-	666.592	6.052.780
Obrigações com operações de derivativos	409.662	-	-	-	(94.527)	-	-	-	-	(294.785)	20.350
Outras obrigações	147.239	-	-	-	-	-	-	-	-	17.470	164.709

		2018									
							Alterações que não afetam o caixa				
	Saldo inicial	Fluxo de caixa	Aquisição de imobilizado por meio de financiamentos	Baixa de imobilizado	Dividendos provisionados por meio da controladora Smiles	Provisão de juros sobre empréstimos	Variações Cambiais, líquidas	Pagamento de juros e custos sobre empréstimos	Outros	Saldo final	
Empréstimos e financiamentos	7.105.667	(536.888)	193.506	(805.081)	-	565.854	1.043.117	(481.708)	-	7.084.467	
Outras obrigações	143.473	(219.493)	-	-	238.879	-	-	-	(15.620)	147.239	

37. Cobertura de seguros

Em 31 de dezembro de 2019, as coberturas de seguros mais relevantes, por natureza, considerando-se a frota de aeronaves em relação aos valores máximos indenizáveis denominados em dólares norte-americanos, juntamente com a cobertura de seguros da controlada Smiles, são como segue:

	Em milhares de Reais	Em milhares de dólares
GLA		
Garantia - casco/guerra	342.610	85.000
Responsabilidade civil por ocorrência/aeronave (a)	3.023.025	750.000
Estoques (local) (b)	1.007.675	250.000
Smiles		
Fiança locatícia (Cond. Rio Negro - Alphaville)	1.318	-
Responsabilidade civil D&O	100.000	-
Incêndio (Seguro patrimonial Cond. Rio Negro - Alphaville)	12.747	-

(a) Em conformidade com o valor acordado de cada aeronave até o limite máximo indicado.

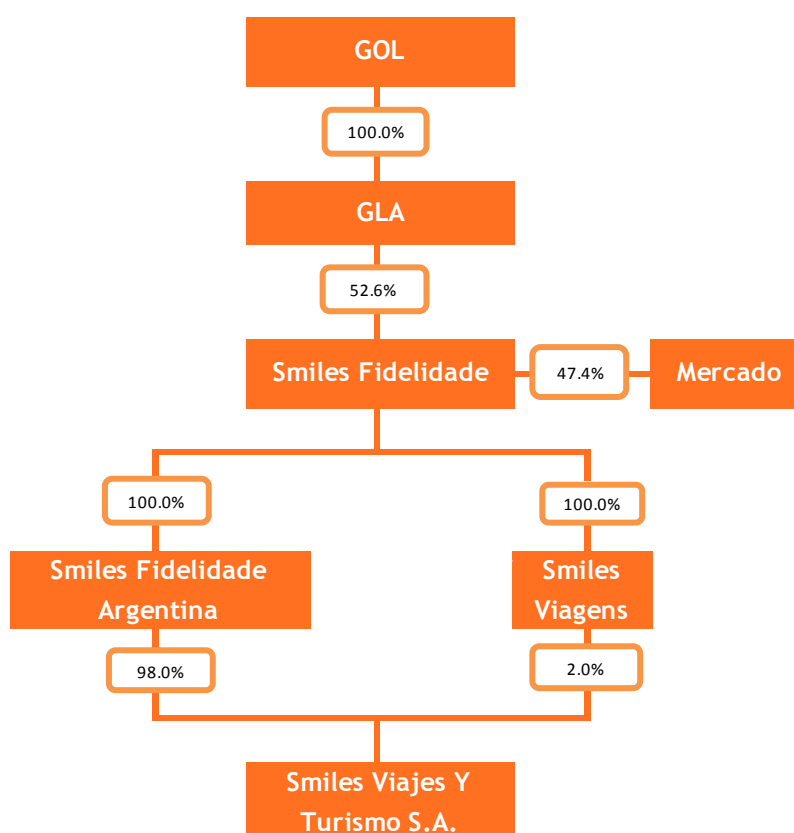
(b) Valores por ocorrência e no agregado anual.

Por meio da Lei nº 10.744, de 9 de outubro de 2003, o governo brasileiro assume eventuais despesas de responsabilidades civis perante terceiros, provocadas por atos de guerra ou atentados terroristas, ocorridos no Brasil ou no exterior, limitada a equivalente em Reais do valor global de US\$1,0 bilhão a partir de 10 de setembro de 2001, pelos quais a GLA possa vir a ser exigida.

38. Eventos subsequentes

38.1. Reestruturação societária

Em 31 de janeiro de 2020, a Companhia promoveu um aumento de capital na controlada GLA no valor de R\$479.859 mil, mediante a emissão de 209.506.233 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pelo preço de emissão de R\$2,29 (dois reais e vinte e nove centavos) por ação integralizadas por meio de contribuição de 65.310.486 (sessenta e cinco milhões, trezentas e dez mil, quatrocentas e oitenta e seis) ações ordinárias representativas de 52,61% do capital social da Smiles Fidelidade S.A de sua propriedade. Como consequência a estrutura societária da Companhia passou a ser como apresentado a seguir:



38.2. Novo acordo de *codeshare*

Em 4 de fevereiro de 2020 a Companhia, por meio de sua subsidiária GLA, anunciou um novo acordo recíproco de *codeshare*, com a empresa aérea American Airlines, criando assim o serviço de maior frequência entre os Estados Unidos e a América do Sul.

38.3. Convocação assembleia geral extraordinária

Em 4 de fevereiro de 2020 a Companhia, emitiu um edital de convocação de assembleia geral extraordinária a realizar-se-á em 5 de março de 2020, a fim de deliberar sobre:

- i. a aprovação do Protocolo e Justificação (“Protocolo e Justificação”) a ser celebrado entre as administrações da Companhia e das controladas GLA e Smiles, que estabelece os termos e condições da reorganização societária, cujos atos e eventos são vinculados e interdependentes, pela qual as ações de emissão da Smiles serão incorporadas pela GLA,

e as ações de emissão da GLA serão incorporadas pela Companhia, passando esta, em decorrência, a deter, indiretamente, a totalidade das ações de emissão da Smiles, com a consequente combinação das operações e bases acionárias da Companhia e da controlada Smiles (“Reorganização”);

- ii. a ratificação da nomeação da empresa especializada Apsis Consultoria e Avaliações Ltda., como responsável pela elaboração do laudo de avaliação a valor econômico do patrimônio da GLA, para fins da incorporação das ações de emissão de GLA pela Companhia (“Laudo de Avaliação de Ações da GLA”);
- iii. a aprovação do Laudo de Avaliação de Ações da GLA;
- iv. a aprovação da Reorganização proposta, nos termos do Protocolo e Justificação;
- v. a autorização, em decorrência da incorporação das ações da GLA, do aumento do capital social da Companhia, a ser subscrito e integralizado pelos administradores da GLA, com a posterior alteração do seu estatuto social (uma vez definida a quantidade final de ações, a depender da relação de troca a ser escolhida pelos acionistas da Smiles, e, portanto, o número final de ações da Companhia a ser emitida em decorrência da incorporação das ações de GLA), incluindo a autorização ao Conselho de Administração para definir, quando da consumação da Reorganização, a quantidade exata de ações a serem emitidas, bem como os valores a serem alocados para o capital social e para a reserva de capital;
- vi. a aprovação da criação de ações preferencias e ações preferenciais resgatáveis de emissão da Companhia; e
- vii. a aprovação da sucessão do Plano de Incentivos de Longo Prazo - Opção de Compra de Ações da Smiles pela Companhia, com consequente assunção das obrigações dele decorrentes.

38.4. Venda e retro arrendamento de aeronaves

Em 11 de fevereiro de 2020 a Companhia, por meio de um Comunicado ao Mercado, anunciou a venda de 11 aeronaves que reduzirá a dívida líquida da Companhia em aproximadamente R\$500.000, composta por uma redução de R\$130.000 na dívida de arrendamento financeiro e um aumento de R\$370.000 na liquidez de caixa. Posteriormente, a Companhia planeja utilizar aproximadamente R\$330.000 desses recursos para resgatar o montante disponível de suas Senior Notes de 8,875%, com vencimento em 2022.

38.5. Resgate de *senior notes* com vencimento em 2022

Em 21 de fevereiro de 2020 a Companhia, por meio de um Comunicado ao Mercado, anunciou que iniciou um resgate opcional de seus *senior notes* remunerados à taxa de 8,87% a.a.

Os títulos serão resgatados em 23 de março de 2020, a um preço igual a 102,219% do valor principal, acrescido de juros vencidos e não pagos.